

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Flávio Welker Merola Gentil

Formação econômica de Itajaí: o porto entre o “rio Eufrates e Ganges de Santa Catarina”

Florianópolis

2022

Flávio Welker Merola Gentil

Formação econômica de Itajaí: o porto entre o “rio Eufrates e Ganges de Santa Catarina”

Trabalho Conclusão do Curso de
Graduação em Ciências Econômicas do
Centro Sócio Econômico da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco
Mattei

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Gentil, Flávio Welker Merola

Formação econômica de Itajaí : o porto entre o "rio Eufrates e Ganges de Santa Catarina" / Flávio Welker Merola Gentil ; orientador, Lauro Francisco Mattei, 2022.

93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. formação econômica. 3. História econômica. 4. História de Itajaí. 5. Formação das elites políticas e econômicas. I. Mattei, Lauro Francisco . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Flávio Welker Merola Gentil

Formação econômica de Itajaí: o porto entre o “rio Eufrates e Ganges de SantaCatarina”

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Econômicas

Florianópolis, 22 de Julho de 2022.

Prof. Dr. Helberte João França Almeida Coordenador do
Curso

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

Lauro Francisco Mattei

Data: 01/08/2022 19:17:18-0300

CPF: 308.981.619-91

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei Orientador

Instituição UFSC

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli Avaliador

Instituição UFSC - CFH - História

Prof.(a) Jaime Cesar Coelho Avaliador

Instituição UFSC - CSE - Relações Internacionais

Flávio Welker Merola Gentil

Formação econômica de Itajaí: o porto entre o “rio Eufrates e Ganges de Santa Catarina”

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Econômicas

Florianópolis, 22 de Julho de 2022.

Prof. Dr. Helberte João França Almeida
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei
Orientador
Instituição UFSC

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli
Avaliador
Instituição UFSC - CFH - História

Prof.(a) Jaime Cesar Coelho
Avaliador
Instituição UFSC - CSE - Relações Internacionais

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos ficam ao meu orientador, professor Lauro Mattei por todas as leituras e releituras para me ajudar a fechar o curso com o melhor trabalho que poderia entregar. Um ótimo professor e orientador. Agradeço também aos professores presentes na minha banca: Jaime Coelho e Waldir Rampinelli pelo tempo dedicado a leitura, releitura e avaliação do meu trabalho. Agradeço sobretudo pela conversa franca que tivemos durante a banca e que muito suscitou a novos questionamentos. Uma verdadeira aula sobre história econômica. Muito obrigado e lamento não ter podido estar sentado nas disciplinas ministradas por vocês.

Agradeço também aos amigos que fiz ao longo da graduação e que serão carregados ao longo da minha vida: Gabriel (Balboa), Ruth, Eric, Alexander, Vinícius, Ian, Amabile, Enzo, Ledoux, Waltão e Anna.

Ao Bolt, meu doguinho, minhas sinceras desculpas por todas as patadas pedindo cabaninha que não pude corresponder durante a escrita deste trabalho.

Agradeço a minha companheira Fabíola dos Santos Soares pelos momentos que atormentei com a minha ansiedade durante a escrita deste trabalho, assim como as horas ausentes no nosso cotidiano de carícias e de trabalhos domésticos. Tmj,bebê.

E, por último, agradeço a pessoa que sempre me apoiou, não chegou a me ver formado em economia, mas foi meu maior amigo, meu falecido pai, Flávio Gentil. Você tem feito falta todos os dias.

Os economistas precisam reintegrar a história, e isso não pode ser feito mediante sua simples transformação em econometria retrospectiva. Os economistas precisam mais dessa reintegração que os historiadores, porque a economia é uma ciência social aplicada, como a medicina é uma ciência natural aplicada
HOBSBAWN, 1997

RESUMO:

O presente trabalho procurou compreender a formação das elites econômicas e políticas em Itajaí na esteira da transformação da economia catarinense. Locais centrais para a política e a economia regional, tais como: Lages, Desterro, Laguna, São José e São Francisco do Sul durante o século XVII, vão paulatinamente perdendo importância no século XIX e XX para as cidades ao longo do Vale do Itajaí, tais como: Blumenau, Brusque e Itajaí. Esta alteração no eixo político e econômico pode ser observada através dos projetos políticos durante o Segundo Reinado e, posteriormente, na República Velha, os quais resultaram em fatores decisivos para transformar um pequeno porto entre os rios Itajaí Açu e Itajaí Mirim, até então sem grande importância, no principal porto catarinense durante décadas. Consequentemente, essa transformação econômica, promoveu a ascensão política de Itajaí frente às demais cidades do Vale, além da expansão para o cenário político nacional, com pessoas ocupando cargos no Congresso Nacional e nos ministérios governamentais. O eixo central do estudo foi traçar um recorte entre o momento desta transformação das elites econômicas e políticas de Itajaí à luz da história econômica e social da cidade, cobrindo o período entre a sua fundação até a década de 1970.

Palavras-chave: História econômica. História de Itajaí. Formação das elites políticas e econômicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Usina de Açúcar Adelaide S/A	82
Figura 2 -Diretores do Banco INCO	84

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Foto de 1910 em frente a antiga Câmara	74
Foto 2 - Foto de 1929 em um local não informado.	74
Foto 3 - Foto de 1949 sessão na Câmara	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gastos com as colônias	46
Quadro 2 - Demografia comparativa da região de Desterro, Itajaí e Tubarão	48
Quadro 3 - Passagem de navios e de carga 1873-1874	49
Quadro 4 - Número de embarcações em 1871	50
Quadro 5 - Exportações de Santa Catarina em porcentagem durante os anos de 1895 a 1940	51
Quadro 6 - Jornais da República Velha entre 1892 a 1924	57
Quadro 7 - Vereadores em Itajaí no Segundo Reinado	58
Quadro 8 - Jornais da República Velha entre 1921 a 1924	60
Quadro 9 - Prefeitos da cidade de Itajaí	61
Quadro 10 - Governadores eleitos de Santa Catarina oriundos da cidade de Itajaí durante a República Velha	64
Quadro 11 - Jornal após Revolução Tenentista de 1931	68
Quadro 12 - Vereadores em Itajaí entre a Era Vargas e Segunda República	75
Quadro 13 - Publicidades no Anuário de 1949	77
Quadro 14 - Vereadores em Itajaí pós golpe até a junta na Ditadura Civil Militar	79
Quadro 15 - Senadores eleitos nascidos em Itajaí	80
Quadro 16 - Deputados federais eleitos nascidos em Itajaí	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

INCO - Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina

PRC – Partido Republicano Catarinense

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN–União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO	15
1.1	INTRODUÇÃO	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2	A FORMAÇÃO DAS ELITES	23
2.1	O QUE SÃO ELITES?	24
2.1.2	Estudos das elites: uma visão do poder	25
2.2	AS RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E SOCIEDADE	27
2.3	AS ELITES NACIONAIS: PATRIMONIALISMO E CORONELISMO	29
3	FORMAÇÃO ECONÔMICA DE ITAJAÍ	33
3.1	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UM CURTO RETROSPECTO	34
3.2	ECONOMIA EM SANTA CATARINA: SÉCULO XVIII E SÉCULO XIX	36
3.3	FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA: PRIMEIROS POVOAMENTOS	40
3.3.1	Formação do Planalto Norte e do Vale do Itajaí	41
3.3.2	Formação do Planalto Norte	42
3.3.3	Formação econômica do Vale do Itajaí	
3.4.	COMPARAÇÃO ENTRE OS PORTOS AO LONGO DO SÉCULO XIX: LAGUNA, DESTERRO E ITAJAÍ	47
3.4.1	A demografia e os portos	48
4	FORMAÇÃO DAS ELITES DE ITAJAÍ	53
4.1	POR UMA ECONOMIA POLÍTICA	54
4.2	AS EMPRESAS DE ITAJAÍ (1890-1949)	56
4.2.1	As empresas nos jornais de Itajaí na República Velha	56
4.3	AS ELITES E SUAS FORÇAS CENTRÍPETAS	61

4.3.1	Família Asseburg e sua força centrípeta	62
4.3.2	Família Konder e sua força centrípeta na República Velha	65
4.4	OS HEUSI, OS LIBERATOS E FERREIRA SILVA	69
4.5	ESTADO NOVO E SEGUNDA REPÚBLICA: A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DE ITAJAÍ	72
4.6	AS ELITES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: INCO, UDN, ARENA	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88

CAPÍTULO I: TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

1 Introdução

As ciências humanas têm o dever de questionar as verdades cristalizadas socialmente. Ela interage com os sujeitos questionando o senso comum e a partir dele perscrutando indícios e elaborando um novo significado científico ao fenômeno, evento e conjuntura. A história econômica auxilia a compreender “os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes” (HOBSBAWN, 1997, p.39). Porém como qualquer ciência social, não consegue assegurar o controle das amostras, com variáveis isoladas, e o dos parâmetros no teste das hipóteses. Sendo assim, a história e a economia – sobretudo quando cruzadas – não conseguem prever uma data das mudanças ou uma solução única e exata.

Procura-se unir os fenômenos econômicos com a sociedade que a cria em seus estratos sociais e seus *habitus*. A formação das elites políticas e econômicas segue a esteira da transformação do capitalismo e da sociedade. Não é possível falar em capital financeiro, capital político e capital social sem ter em mente a base que os guia. Não há, no caso das ciências não naturais, a possibilidade de teste *in vitro* com um grupo de controle. Não há uma previsão do prazo que será resolvido ou da resolução do problema. A história pode definir uma dimensão urgente do problema antecipando o movimento da sociedade. De acordo com Hobsbawn (1997), a transformação e os problemas possíveis num futuro não muito distante seriam: envelhecimento da população, as desigualdades sociais crescentes e a robotização da economia, ingredientes que transformariam a base da produção e a sociedade (sobre história). Perceber as transformações na produção e na sociedade, ainda que em um ponto geográfico reduzido, é parte integrante para se refletir sobre o passado no presente e prospectar possíveis problemas que irão ocorrer, assim como tentar prever formas de resolvê-lo.

Portanto, este movimento social é percebido em diferentes recortes geográficos, sociais e temporais. Para a pesquisa em tela foi escolhido tratar de um polo econômico e político do estado de Santa Catarina, situando o período da formação econômica de Itajaí como o epicentro da transformação do capitalismo local no século XIX.

A cidade de Itajaí se configurou já no final do século XIX como um dos portos mais importantes para a província. A tamanha importância que foi galgada ao longo do

XIX e início do século XX fica ilustrada na citação de Lauro Müller e imortalizada por Marcos Konder no início da sua monografia no anuário de 1949,

como quase todos os municípios da faixa litorânea catarinense é o Itajaí, em sua superfície, composto de morros e vargens formando, desta forma, um vasto sistema hidrográfico (..) cuja espinha dorsal, são o Itajaí-açu e seu maior afluente o Itajaí-mirim, rios que o nosso grande Lauro Müller intitulava o Eufrates e o Ganges de Santa Catarina (KONDER e SILVEIRA, 1949, p.8).

Em breves linhas o autor consegue traçar não somente a geografia da região, como também parte do que seria o princípio de toda a atividade social da região – a relação comercial pela bacia hidrográfica do Vale do Itajaí. Porém, cria comparações tão imprecisas quanto grandiosas. Sendo um rio tão caro à formação dos povos sedentários ao redor de Babilônia, enquanto o outro é o rio mais importante para a antiga religião Hindu. O Eufrates e o Ganges obviamente não se cruzam, mas ajudam a tecer uma narrativa apoteótica dos rios do Vale do Itajaí. Dá um caráter vultoso na formação da história local e sagra os sujeitos que o cruzaram. Uma relação metafórica marcante na transformação recente do significado para os rios que nunca tiveram a característica de ser o motor do império da babilônia e tampouco ter o caráter divino do Ganges.

Qual a dimensão real dos rios Itajaí Açu e Mirim para a história nacional e local da colonização até o século XIX? Recorrendo a Caio Prado Júnior (2008) vê-se que sua importância era bastante limitada economicamente em comparação aos demais rios. Ele não leva aos longínquos sertões e as minas como o Rio Tietê, não facilita a entrada para o Rio da Prata e as riquezas da Coroa de Castela como o Rio Paraná, não facilita o abastecimento de sal e gados vacum e muar como o Rio São Francisco. A importância dos rios e do estuário em Itajaí foi fruto de um planejamento político para a economia local iniciado e financiado, em seu princípio, pelo Império e, posteriormente pelo Partido Republicano Catarinense (PRC). O ano de 1830 marcou a política de criação de um estuário povoado e rico como os já existentes à época na Guanabara e no Recôncavo Baiano.

Sua influência econômica na região do Alto Vale de Itajaí e do Baixo Vale de Itajaí ocorreu, sobretudo, por sua localização que liga através dos rios o setor agrícola e a possibilidade de comercializá-los com o resto do país e, também, como via de mão dupla, para importar materiais necessários a estes locais interioranos. Portanto, se

tornou um importante escoadouro regional capaz de transformar uma elite local catarinense em sujeitos tomadores de decisões para o país inteiro.

As decisões da política econômica adotada na primeira metade do século XIX começaram a se mostrar efetivas no final do mesmo século. Dos 26 governadores que exerceram o cargo entre 1889 e 1979, oito deles nasceram na cidade de Itajaí, ou seja, 30% dos governadores no período republicano nasceram em Itajaí e chegaram ao ápice do poder executivo regional. Ao passo que, no mesmo período, seis governadores vieram de Florianópolis e outros seis de Lages, cidades que têm um papel inicial na formação da economia do Estado. A transformação ocorre nesta virada. Itajaí financiada e planejada como um estuário se concretiza desbancando cidades até então mais importantes economicamente desde a colonização - Lages, Florianópolis e Laguna.

A questão central é o que passou neste contexto econômico do Estado para mudar o eixo econômico político? Afinal a cidade de Itajaí não é a maior em tamanho territorial, populacional ou com o setor econômico mais desenvolvido que seus pares. Entretanto, ela começa a figurar como um porto de importância e paulatinamente se coloca à frente do porto da capital, Desterro/Florianópolis.

Há, portanto, duas transformações que ocorreram ao longo do século XIX e XX. A primeira diz respeito à perda de centro do capital financeiro e político de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e seu deslocamento para a cidade de Itajaí. A segunda remete à transformação da economia em Santa Catarina que, paralelamente, acabou alterando as próprias elites políticas do estado. A transformação do eixo econômico evidencia as elites regionais, fato que por sua vez alimenta o repasse de verbas para emplacar o projeto político das mesmas. Não se vê o processo como causa e efeito, mas como uma transformação paulatina e sendo fruto do mesmo.

Essa transformação na economia catarinense, que desloca o centro produtivo para o norte do Estado e promove a ascensão do capital político para a região de Itajaí, nos conduz a perceber a sociedade em seu tempo à luz das possibilidades de mudanças futuras nos termos colocados por Hobsbawn (1997, p.51-52).

qualquer disciplina histórica digna desse nome tenta descobrir precisamente os padrões de interação em sociedade, os mecanismos e tendências de mudança e transformação, e os rumos da transformação na sociedade, que por si sós forneçam um arcabouço adequado para a previsão que é mais do que aquilo que foi chamado de 'projeções estatísticas' baseadas em compilações de dados empíricos em categorias de significado teórico talvez pequeno.

Estudar a formação econômica de Itajaí e o surgimento de suas elites econômicas e políticas é, portanto, um ato no sentido de compreender uma parte significativa da formação e transformação da economia e do próprio estado catarinense, considerando-se as interações entre o passado, presente e possibilidades de futuro.

Para tanto, as questões norteadoras deste estudo são: a) quais foram as transformações econômicas capazes de mudar o centro de Itajaí e, ao mesmo tempo, produzir um capital financeiro e político que levaram os sujeitos a emergirem no cenário político estadual?; b) como se deu a formação econômica do porto de Itajaí e qual sua influência no sentido de alçar as elites econômicas e políticas itajaienses ao cargo de governador de Santa Catarina?

O trabalho está circunscrito à cidade de Itajaí, ainda que haja alianças entre o porto e o interior da região do Vale do Itajaí. Sua temporalidade se estende do final do século XIX (1880) até 1970 e requer enormes esforços de pesquisa e de revisão bibliográfica.

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1-Objetivo Geral –

Analisar a formação e a manutenção das elites políticas e econômicas de Itajaí a partir da mudança do eixo econômico de Santa Catarina durante os séculos XIX e XX.

1.2.2-Objetivos Específicos

- a) Compreender a transformação do eixo econômico de Santa Catarina, cujo epicentro estava circunscrito às cidades de Desterro e Lages;
- b) Estudar a formação histórico-econômica de Itajaí;
- c) Analisar a formação das elites políticas e econômicas do Itajaí entre 1880 e 1970 à luz das grandes transformações econômicas que ocorreram nesse período.

1.3 -PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa se concentra nas ciências humanas e se amparará nas concepções de três autores relevantes: Kuhn, Lakatos e Popper.

Para Kuhn (2013), o desenvolvimento da ciência ocorre por meio de paradigmas, que são modelos e representações de mundo. E é por intermédio desses paradigmas que

os cientistas procuram uma verdade com suporte em suas hipóteses. Os paradigmas são: pressupostos científicos, a forma de realizar testes, a forma de questionar o mundo ao redor, a forma de criar problemas e a forma de respondê-los. Em resumo, são a forma de dar sentido científico ao mundo, a forma de explicá-lo de maneira a fazer sentido.

Popper aborda, assim como Kuhn, a necessidade de um critério de demarcação para o conhecimento de natureza científica, que seria a existência de um único paradigma capaz de apoiar as tradições da ciência normal. Para ele, esse critério da verdade está ligado ao princípio da falseabilidade, que prevê não a comprovação da teoria, mas sim tentativas de prová-la falsa para que possa ser posta à prova. Dessa maneira, há progresso na ciência porque as novas teorias, sobrevivendo a testes rigorosos, eliminam os erros das hipóteses anteriores e assim aproximam-se mais do real, ou seja, podemos dizer que a verossimilhança é o critério do progresso científico. A ciência evolui e progride de forma racional e objetiva.

Para Kuhn (2013), entretanto, este paradigma deve sempre estar ligado a embasamentos experimentais. Neste modelo, não há progresso na ciência, exceto nos períodos de ciência normal. Na passagem de um paradigma a outro, não há forma de dizer que o novo representa um maior avanço em direção à verdade. A ciência evolui, mas é difícil falar de progresso porque a sucessão de paradigmas não acontece segundo padrões estritamente racionais e objetivos (BLAUG, 1993).

Já para Lakatos a ciência funciona de acordo com o que ele chamou de o Programa de Pesquisa Científica (PPC), ou seja, funciona por meio de um núcleo rígido formado por hipóteses fundamentais que estruturam toda a teoria. Para além deste núcleo rígido, há uma gama de hipóteses do cinto protetor que não são estáticas, mas contam com uma conduta de modificações *ad hocs* para continuar explicando e sustentando o núcleo rígido. Assim o cinto funciona para proteger, mas não guiar o PPC (BLAUG, 1993). O pesquisador destaca como o PPC progressivo aumenta a capacidade de conhecer o mundo, a cada mudança o *ad hoc* é capaz de aglutinar um novo conteúdo, um novo fato.

O modelo de Lakatos surge, então, como uma forma de unir a parte mais social ligada aos pesquisadores e a parte mais dedicada à metodologia de Popper. Ao mesmo tempo em que ele coloca em pauta o falsificacionismo ingênuo de Popper por não compreender a forma como os pesquisadores utilizam de questões *ad hocs*. Lakatos observa algo que Popper relutou em enxergar, já que para ele a ciência era para ser normativa, sua observação foi sobre o uso. Os pesquisadores não abandonaram suas

hipóteses centrais com tanta facilidade, nem a teoria dominante, são humanos em uma estrutura social compartilhando paradigmas (BLAUG, 1993).

Quando Lakatos rechaça a ideia de falsificacionismo ingênuo, ele acaba por se aproximar de Kuhn e a percepção de humanos fazendo ciência e não na construção pura de uma única verdade – que já em Popper era desacreditada.

A criação da verdade científica neste trabalho se dará tendo em vista o discutido acima. Trata-se de uma pesquisa baseada em indícios encontrados, seja por outras pesquisas retratadas sobre o assunto em tela, seja por novos indícios trazidos à luz a partir das ciências humanas. Portanto, a escrita passará longe do modelo da economia ser uma ciência natural, superando o século XIX e seu modelo científico que foi hegemônico, também, na formação científica das ciências humanas. Na história caracterizada pela verdade emanando dos documentos oficiais, o famoso “tal como aconteceu” do famoso método hankiano.

A perspectiva de ciência para parte dos economistas ignora a realidade social, criando uma espécie de ciência natural se embasando em premissas esguias e menores. Essa perspectiva está impressa por Friedman (1981) nas seguintes palavras: “a tarefa da economia positiva é a de provar um sistema de generalização passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias”. Ou seja, amputa as características óbvias da construção cultural e social da economia no seio da sociedade e cria uma pretensa realidade natural matematizada.

A pesquisa em tela, como quaisquer outras, tem um corpo institucional, motivações e gozo teórico. Não se está estudando a esmo algo qualquer. O problema criado “de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado” (ROUSSO, 1996, p.86). Apesar de ter estas intenções, a ciência não se pode furtar a comprovar. Nesta pesquisa, portanto, se seguirá o que Ginzburg (1989) como o paradigma indiciário. O autor reforça que nas ciências humanas, mais especificamente na história, não se pode calar os vestígios, que são a base fundamental para a escrita da ciência. Os indícios delimitam ao pesquisador uma coerência para a formulação do seu questionamento e como irá respondê-lo. Novos indícios surgem para refutar verdades criadas anteriormente, assim como novas teorias científicas também percorrem este caminho. Desconstruir imagens cristalizadas da sociedade é o caminho a ser trilhado por toda a ciência humana, por meio do questionamento, dos vestígios e da narrativa se erguem uma nova verdade questionadora.

Entretanto, não se pode cair na armadilha de uma narrativa tal como está descrita em nossos vestígios, afinal, as fontes tem tanto um motivo para serem escritas quanto por terem sido guardadas. Cabe ao pesquisador não cair na ingenuidade e nem no niilismo (LE GOFF, 2003). Isso se reforça quando o estudo em tela trata de um grupo de sujeitos que prezam pela discrição sobre seus modos de vida, suas fontes de renda não salariais e propriedades como alerta (PINÇON,2007, p.30).

Além destes autores é caro a perspectiva deste trabalho a proposta socióloga Elisa Klüger (2017). Em sua tese, ela traça os laços sociais dos economistas e o prestígio social alcançado para alçar ao poder público. Para isso, a autora parte dos nomes nas instituições de prestígio (como o BNDES) e cria um perfil de cada sujeito e do grupo para ver essa conformação social.

Em outras palavras, ela desnuda ao longo do tempo as tramas sociais que fizeram as políticas públicas e o seu trajeto pendular entre os eixos de pensamentos. Em sua pesquisa, ela parte dos eixos políticos aos quais estes agentes integram e percebe os locais que eles transitam, verificando quem teria capital político em determinado período para estar à frente dos projetos políticos para a economia. Esta ideia inspira a teoria por trás do presente trabalho. Partindo do nome para perceber quais eram os locais que estes indivíduos passaram e dele perceber a sua hegemonia para tecer as políticas econômicas¹.

Por esse motivo, para o presente trabalho foi necessário cruzar os dados biográficos com as publicidades nos jornais impressos de circulação em Itajaí. As biografias apresentadas por Piazza (1985) são dados da vida pública destes sujeitos, não é uma biografia estendida que visa desvendar os sujeitos em sua vida particular, suas relações interpessoais e a sua percepção do mundo que o rodeia. São dados e ilustrações que criam uma narrativa consolidada do que se pode auferir baseados em entrevistas e documentos públicos, portanto a importância de trabalhar com certa cautela e fazer uma leitura a contra pelo. Os discursos das biografias de Piazza (1985) vêm a público inerente aos discursos que a elite criou de si própria. Portanto, toma-se cuidados simplesmente para não ser uma reprodução laudatória.

Para tentar compreender quais eram os membros da elite econômica e política de Itajaí será necessário abordar fontes primárias e secundárias. A fonte primária se dará por meio de pesquisa nos dicionários biográficos, em documentos no formato de revista

¹ Como será visto ao decorrer deste trabalho, se partiu dos renomados sobrenomes para se chegar ao círculo de empresários e suas políticas econômicas.

e de jornais para ver quais eram os sujeitos donos do capital financeiro de Itajaí. A pesquisa documental se dará pela hemeroteca de Itajaí, do Estado de Santa Catarina e nacional. Foi escolhido trabalhar com a hemeroteca em decorrência da facilidade de pesquisa, já que é possível cruzar dados biográficos e ajustar a pesquisa aos moldes necessários devido à pandemia de covid-19.

O dicionário biográfico pesquisado é o Dicionário Político Catarinense de Walter Piazza (1985) por se tratar de um livro com um bom levantamento de biografemas.

Já para analisar o painel geral de como era a economia de Itajaí, as publicidades feitas nos jornais de circulação em Itajaí durante o período de 1890 a 1949, assim como a literatura disponível, foram utilizadas como evidências para encontrar os tipos de empresas mais latentes e seus donos.

Para isso, foram utilizados à exaustão os jornais disponibilizados na hemeroteca digital uma parceria do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), do Instituto de Documentação e Investigação das Ciências (IDCH) e do Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) que deu bons frutos para pesquisadores longe dos acervos físicos – sobretudo durante os anos da pandemia da COVID19. Desta forma foram utilizados os jornais o Comércio, O Libertador, O Novidades, O Progresso, Gazeta do Itajaí e o Anuário de 1949 organizado por Marcos Konder. Vale dizer que o acervo da hemeroteca, apesar de ser vasto, não há disponibilidade de todas as edições dos jornais catarinenses no período estudado, preferindo, portanto, um recorte na escolha dos jornais pelo período de circulação na tentativa de capturar um espectro temporal maior do conjunto de empresas existentes na cidade de Itajaí. Assim temos os anos do Comércio entre 1918 a 1924; o Libertador de 1931 a 1936, Novidades de 1904 a 1921, Progresso de 1899 a 1901.

1.4 - ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho de conclusão de curso se dará em 4 capítulos, dos quais mais três estão por vir. No segundo capítulo fez-se a apresentação do trabalho, questões metodológicas e teóricas. Lá estão as principais razões e escolhas de como prosseguir com a narrativa sobre história econômica. O capítulo é a base para se compreender as linhas que serão seguidas para a percepção da formação econômica e da formação das elites em Itajaí. Nele estão presentes algumas discussões sobre o que são elites recheado pelas discussões de Bourdieu e Mill e Weber; as relações entre as empresas a partir de

Tragtenberg e Dreifuss; além de uma rápida discussão sobre os contornos sociais que a política e a economia ganharam no Brasil. Em resumo o capítulo servirá para: 1) compreender as elites não como um bloco monolítico, mas capaz de se articular em torno de diversos capitais – cultural, político, social e econômico – visando ganhos específicos destas relações; 2) compreender a construção de um poder dentro da cultura política no Brasil baseada no clientelismo.

O capítulo três aborda a formação da economia do Brasil meridional, ou seja, voltam-se as lentes mais especificamente para as relações econômicas do centro – Rio, São Paulo, Minas Gerais – com os Estados do Sul – sobretudo Santa Catarina. Uma relação metonímica do todo para o particular. Para isso, se preferiu iniciar com uma discussão sobre a economia antes da vinda dos europeus. Discutindo rapidamente a população Guarani e Xokleng, depois passando para o Brasil Colônia e dos primeiros povoamentos até a imigração no final do XIX em Santa Catarina. É também neste capítulo que será pontuada a formação econômica de Itajaí e do porto – já demonstrando quais são os principais sujeitos frente a este projeto político-econômico.

Por fim, no quarto capítulo, se discute a formação das elites empresariais em Itajaí, retomando diálogos de outros historiadores e apresentando algumas fontes jornalísticas do período, visando compreender quais empresas pertenciam a quais famílias. Portanto, foi caro nesta discussão o estabelecimento dos conceitos de capitais político e social para além do capital econômico. O que levou a verificar as alianças comerciais, matrimoniais e partidárias em torno de um projeto único ao redor do porto. Desta forma surgem na pesquisa alguns dos nomes já famosos na política e economia de Itajaí, da mesma forma que se tenta traçar paralelos com outros membros mais olvidados nestas relações.

CAPÍTULO 2—A FORMAÇÃO DAS ELITES

É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os à obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas. Só então poderás dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesadão e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o odorífero das flores.
ASSIS, 1994

Para compreender melhor a formação da elite de Itajaí deve-se antes esboçar o que se pretende expor nesta categoria. Para tanto, toma-se como base o conceito de elite definido nos estudos de história e sociologia. Há uma escolha inerente aos conceitos utilizados para a compreensão da economia por meio de uma leitura das estruturas e dos corpos sociais. A economia, como foi dita no capítulo anterior, não está suspensa e não é dada. Ela parte da vontade política e esta, por sua vez, está ligada a grupos sociais, as suas formas de perceber e dar sentido à sua realidade e ao poder que esta visão exerce na sociedade.

2.1-O QUE SÃO ELITES?

Para a definição de elite pode-se trilhar alguns caminhos teóricos que por vezes se sobrepõem e às vezes se excluem. Entretanto, visando à formação de um contexto e de uma discussão mais ampla serão apresentados alguns destes enfoques sobre teoria das elites. O que se pode adiantar é que se trata de um grupo de destaque em diversos campos e que dentro dele tem a capacidade de sobressair aos demais de modo a exercer um tipo de dominação.

A maioria das categorias empregadas para se referir às elites acompanha termos como: classe dominante, classe dirigente, grupo dirigente ou grupo dominante. Para Hey (2017), todos estes conceitos têm o mesmo efeito, ou seja, sujeitos que ocupam posições na parte de cima da estrutura social e que, portanto, conseguem ter acesso e controlar recursos distintos. São sujeitos que ocupam posições distintas e que legitimam este lugar, são sujeitos capazes de legitimar o seu lugar e de reproduzi-lo, ambos

socialmente. Assim, o conceito de elites nunca poderá ser dado no singular, estes sujeitos andam por diversos espaços de legitimação simbólica e, às vezes, se veem maiores acumuladores de um tipo específico de capital do que de outros.

Bourdieu define de campo, ou seja, uma estrutura pré-definida por estes agentes as quais seriam as formas de se portar e compreender o mundo ao seu redor. Ele ajuda a traçar uma identidade deste microcosmo social, corroborando para todos que querem pertencer ao grupo utilizam de símbolos e formas de agir e pensar.

Nas subseções seguintes discute-se a forma de melhor se identificar essas elites, tanto teoricamente e metodologicamente, bem como compreender como as mesmas exercem seu poder sobre os demais.

2.1.1 – Estudos das elites: uma visão bourdieusiana

A noção de habitus de Bourdieu conecta a relação entre os sujeitos e a formação de uma rede. Os nós dessa rede se dão pela família, pelo posicionamento político, por meio dos locais no qual estes sujeitos ocupavam ou por acordos de casamento. Uma vez que estes sujeitos transitam pelo mesmo grupo social, estas relações reverberam na forma como dão sentido à realidade. Afinal, para entrar em determinados locais deve-se portar os símbolos necessários. Se conhecer numa igreja luterana, ter uma transação comercial em alemão e frequentar os espaços destinados às elites. Há uma convergência objetiva e subjetiva entre os sujeitos, criando-se pequeno círculo com homogeneidade de formas de se portar e perceber seu tempo.

Esta forma de perceber o tecido social das elites é fruto de uma leitura de Bourdieu e sua noção de *habitus*. O conceito parte dos espaços onde as elites circulam para a convergência objetiva e subjetiva deles, assim como a criação de canais de trocas de informações políticas e econômicas restritas. Um mundo estreito e homogêneo em um dado espaço delimitado para circulação (KLÜGER, 2017)

A elite, num viés bourdieusiana, é vista a partir do poder que ela detém e que é medido pela quantidade de capital social, cultural e político que este grupo tem em relação aos demais agentes. Assim as elites se identificam por estarem mais próximas do centro dos eixos de poder e por sua capacidade de exercer maior pressão na sociedade.

Como usualmente vistas em pesquisas da área da história e da sociologia, uma vez que permite capturar um entendimento sobre o movimento pendular das elites.

1) A formação do eixo central de poder está em constante jogo para sua legitimação. O capital político pode ser mais facilmente angariado através de chaves interpretativas que norteiam o cotidiano – uma leitura da economia com viés liberal ou nacional desenvolvimentista, num exemplo parco. Um guia ideológico. 2) A alternância dos símbolos sociais que estes agentes carregam é passível de mudança geracional – novos lugares em que estes agentes transitam, novas alianças e estratégias para se estabelecer no centro do poder. Um corpo social.

Por assim dizer a transformação no plano das ideias, os modos e os objetivos e os nomes dos sujeitos que as tentam realizar. Um espírito que guia entre os caminhos e um corpo que solidifica o trajeto.

A perspectiva bourdieusiana interage com o tempo e as sociedades em transformação e por isso é uma chave interpretativa que as ciências humanas utilizam para compreender as características e especificidades.

2.1.2 – Estudos das elites: uma visão do poder

Wright Mills (1981) observa as elites através do poder que elas exercem nas classes subalternas. Dessa forma ele faz uma crítica à elite dentro das democracias não participativas, uma vez que não partiria dos cidadãos comuns a decisão de problemas pertinentes ao seu cotidiano. O poder dos grandes desígnios sociais é exercido por um pequeno corpo de sujeitos ligados a grandes empresas e aos altos cargos do Estado no congresso e nas forças armadas, as demais instituições não têm poder para fazer frente a eles².

Para os sujeitos conseguirem pertencer a alta roda capaz de decidir os rumos da nação – entrar em guerra ou criar políticas econômicas, nos exemplos de Mills – eles precisam acumular “prestígio”. O processo de acumulação se dá pelo estudo, atuação em cargos anteriores, pela riqueza e pelo papel midiático.

Mills (1981,p. 20) coloca que estas elites também

têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante.

² Neste ponto é importante frisar que o autor não coloca a história da humanidade presa no vai e vem das elites, eles não são os únicos agentes que movem a história.

Essa consciência de pertencimento também se dá pelos signos que carregam e pelas experiências em comum. A proposta de Mills (1981) para estudo das elites se difere mais no espaço teórico do que no metodológico. Uma vez que também usa das biografias singulares para traçar uma biografia coletiva (prosopografia). Ao contrário dos estudos de bourdieusianos, sua proposta recai mais sobre o poder e na estrutura por trás dele. Não se tem noção de campo e disputa, o poder está em poucas instituições que ordenam a democracia – no caso, a liberal dos Estados Unidos, o foco da sua pesquisa. Assim o autor define:

A elite que ocupa os postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores do poder, da riqueza e da celebridade. Estes podem ser considerados como membros do estrato superior de uma sociedade capitalista. Podem também ser definidos em termos de critérios psicológicos e morais como certos tipos de indivíduos selecionados. Assim definida, a elite, muito simplesmente, é constituída de pessoas de caráter de energia superiores (1981, p.23)

E complementa a definição:

a elite é um conjunto de altas rodas cujos membros são selecionados, preparados e comprovados, e aos quais se permite acesso íntimo aos que comandam as hierarquias institucionais impessoais da sociedade moderna (1981, p.24)

O autor também não define as elites como uma categoria monolítica, mas um grupo disperso que se distingue das massas. E que, como possuidores do poder e de caráter distintos, socialmente ligados à superioridade, se acham naturalmente dignos deste poder e privilégios sociais. Cria-se uma ideologia de elite ligada a condição de dominância e de privilégios, alimentadas por ela própria ou por outras camadas que enxergam nos traços das elites uma forma de se sentir incluída por meio de seus traquejos a esse restrito grupo de sujeitos.

Já para Weber (2003) existem formas de dominação diferentes. Ele as enumera em legal, tradicional e carismática. Por dominação o autor compreende uma forma de obediência por motivos de submissão ou visando obter alguma vantagem a partir da dominação.

Neste trabalho é mais útil ter-se em mente dois tipos de dominação: pela tradição e pela legalidade. Por dominação tradicional recai o peso das associações e instituições com hierarquia rígida, que podem ser clericais, reais ou administrativas. “O tipo daquele que ordena é o ‘senhor’, e os que obedecem são ‘súditos’, enquanto o quadro administrativo é formado por ‘servidores’. Obedece-se à pessoa em virtude de sua

dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade”. (WEBER, p.131, 2003). É um tipo de dominação comum no cotidiano dentro das empresas em que há um ser dotado da capacidade de ordenar e ao outro é relegado o dever de cumprir³.

Já por dominação legal se estende os aspectos ligados às bases administrativas e/ou jurídicas do Estado. As leis dão caráter legítimo de dominação, assim como a estrutura burocrática dá sentido a quem pode mandar e quem deve obedecer por meio de seus estatutos. Estes dois legitimadores da dominação legal são percebidos não somente no corpo de funcionários públicos, mas também de funcionários privados, afinal, insubordinação é motivo legal para demissão por justa causa.

É imbricada neste tipo de dominação uma relação hierárquica na qual os agentes que tomam as decisões sobressaem aos agentes que as cumprem no cotidiano. Assim como estas ordens não são vistas como a bel prazer dos agentes, mas racionais e com a utilidade de seguir normas estatutárias existentes “desde sempre”. Portanto, não se trata de uma dominação somente do Estado legalmente sobre os cidadãos, ela é também sobre os espaços empresariais onde deveria reger a racionalidade da economia de mercado. Uma vez visto as estruturas de poder e de dominação é necessário precisar as estruturas das instituições e o arcabouço social em qual elas estão inseridas.

2.2 – AS RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E SOCIEDADE

Até então foi discutido a relação entre as elites e o poder. Foi visto como as elites são identificadas e o seu poder frente a sociedade. Porém, resta comentar sobre as relações entre as empresas e a sociedade por meio do Estado. Tragtenberg (2005) e Dreifuss (1986) concordam na perspectiva das relações empresariais e sua função no Estado. Para Dreifuss (p.25, 1986), a estrutura empresarial é “marcada pelo caráter sagrado do chefe, pela impessoalidade organizacional e por uma concepção individualista subentendida”. Cria-se uma imagem de empresário ideal para a administração científica do Estado, lançando uma série de “dublês de empresários e políticos (...) sejam eles fazendeiros, industriais, banqueiros ou comerciantes” (TRAGTENBERG, p.17, 2005). Qual a forma que estes sujeitos são percebidos dentro das suas empresas e pela sociedade que os elege como representantes?

A empresa é uma instituição autônoma e com o lucro como objetivo final. Porém, qual lucro é mais interessante para a empresa? Até aqui foi dito que, para

³ Este tipo de dominação será melhor abordado no subitem posterior do trabalho.

alcançar um local central nos campos e pertencer às elites, os sujeitos devem dispor de certos tipos de capitais, seja financeiro, cultural e social. A empresa pequena tem o interesse de lucrar o mais rápido possível para se manter viva. Porém, para as grandes empresas, este retorno pode ser mais tardio ou mesmo se dar de outras maneiras, que não o lucro financeiro *a priori*. O retorno pode se dar por meio de trocas de favores ou um apadrinhamento senhorial, entre outros.

Dentro das estruturas das empresas, há formalidade na linguagem, hierarquia e formas de se lidar com ela, evitando criar rugas. É uma estrutura na qual “o subordinado mantém diante de seus superiores um temor reverencial ambivalente, o medo funda-se na agressividade e na sedução, excluindo a neutralidade afetiva” (TRAGTENBERG, p.26, 2005). O temor da fome e a reverência do empresário. O caráter hierárquico e sagrado do exemplo a ser seguido do *self-made man*. “A empresa cultiva uma liturgia na qual os signos são vestuário, mobília, e o subordinado vive na dependência do saber e do poder” (TRAGTENBERG, p.26, 2005), estratégias de manter um *status quo* de uma estratificação que não é passível de transformação. Ela continua a ser reproduzida e somente o mais competente conseguiria superar esta barreira. Ter permissão para transitar entre estes espaços é o que se almeja nesta estrutura de poder, tendo suas necessidades básicas atendidas e, então, poder ascender socialmente. Uma relação clientelista que só se é quebrada com um suporte coletivo para contrabalancear este peso. Evitando estas arestas, a empresa inculca valores de pertencimento, de modo a negar a dimensão econômica e política envolvida no cotidiano de trabalho.

A empresa é uma das instituições pelas quais os agentes passam ao longo da sua vida. Ela se insere na sociedade assim como a família, a igreja e o Estado. Passa por uma relação hierárquica e com ideias pacificadoras. Inculcam-se dentro das empresas os valores de meritocracia e cordialidade, se delegam funções e responsabilidades para nutrir a perspectiva de pertencimento ao formato estabelecido. Cria-se um arcabouço social de modo a constranger qualquer símbolo, ação ou linguagem que foge do “profissionalismo”. Ou seja, ninguém trabalha de pijama em um comércio enquanto diz que seu produto é inferior e/ou mais caro do que nas demais lojas, ao menos ela não o faz sem a pretensão de quebrar as barreiras impostas por esta estrutura e sem ter em mente o seu preço. São os modos utilizados pela estrutura da empresa para manipular e simplificar a realidade.

A empresa age como uma instituição pedagógica que inculca um comportamento profissional nos corpos dos seus funcionários (ou na linguagem mais atual, colaborador). Se ela interage de modo a criar uma conformação social dentro de si, como ela interage com a sociedade?

Visando responder mais do que somente a forma como os empresários interagem com a sociedade, Dreifuss (1986) analisa as relações entre o empresariado e o jogo político em suas mais diversas camadas. Segundo ele, esta relação se daria por um núcleo da elite empresarial com a sociedade. Eles teriam a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto político de Estado tanto para si quanto para a sociedade. Esse pequeno núcleo “seria um agente ‘relativamente autônomo’, vinculado em termos político-ideológicos – e não mecânicos – [ligados] às classes e grupo que compõem sua matriz social.” (DREIFUSS, 1986, p.25). Sua relativa autonomia se dá ao fato dela estar presa a um arcabouço ideológico, fruto do campo e da linguagem que o núcleo da elite empresarial transita, além de possuir uma determinada capacidade de se ajustar às condições e circunstâncias de seu tempo – a noção de campo e de elites de Bourdieu. E, dentro desta autonomia, está inerente a tentativa de se tornar hegemônica no grupo social, visando uma coerência na formação de um discurso uníssono, para que seja ouvida pela sociedade. O que se dá pelo empresariado ligado a uma linguagem mais próxima de uma ideologia liberal econômica do que nacional desenvolvimentista. É importante para este núcleo colocar-se como representante de um grupo monolítico, a fim de recrutar agentes empresariais dispersos, e de respaldar suas ações no jogo político, ou seja, “a elite orgânica é o agente ideológico e político de uma força social, responsável imediato por seu ‘ser de classe’ e pela formação de uma ‘consciência de classe’ eficaz e efetiva” (DREIFUSS, 1986, p.26).

2.3 – AS ELITES NACIONAIS: PATRIMONIALISMO E CORONELISMO

O patrimonialismo e o coronelismo são algumas das maneiras encontradas para aparar algumas arestas que ocorrem no cotidiano entre as classes sociais. São formas que marcam nas camadas mais profundas de se fazer política entre as classes. É uma resposta às mazelas sofridas buscando uma melhoria de vida no curto prazo. Por essa razão, e *pari passu* aos estudos de Berstein (2009), percebe-se a cultura política por meio de códigos e linguagens portadoras de normas e valores aos quais os grupos envolvidos em determinada sociedade criam para interpretar e se guiar no mundo. A

confluência de diversos vetores e problemas sociais criou no Brasil o patrimonialismo e o coronelismo – duas formas de se fazer política que somente será agredida após a Revolução de 1930. Não por menos estes conceitos serão debatidos à exaustão pelos intérpretes da mentalidade da sociedade brasileira.

Entre os intérpretes do que seria uma formação da mentalidade coletiva brasileira encontra-se Faoro (2001). Para o autor, a estrutura política social que percorre a história do Brasil, e que molda a realidade estatal, foi o capitalismo orientado pelo individualismo, a liberdade de negociar e gerir. Este modo capitalista de administrar os seus negócios molda a forma de governar, ganhando os contornos do patrimonialismo. O sujeito político se apropria da máquina pública para seus ganhos individuais e depois para o público, visando nas massas, porém, sua manipulação e exploração. Há, portanto, uma confusão entre o que é de pertence individual e o que pertence a esfera pública. Uma confusão que não parece ser combatida do período colonial até a Era Vargas, algo que compreende por volta de três séculos.

O nascimento do patrimonialismo seria a união entre o domínio da máquina burocrática administrativa e a posição econômica de latifundiário, do senhor de engenho e do coronel. Movimento percebido desde a criação das sesmarias que implica em um fortalecimento de uma sociedade patrimonialista, causando o enfraquecimento das demais classes sociais. Por assim dizer, esta estrutura se retroalimenta, uma vez que os agentes políticos acabaram utilizando dos meios de produção para se legitimar frente ao Estado. Esta estrutura também corrobora na agregação social ao redor destas elites, já que a partir do controle econômico e da administração pública, diversos empregos e a possibilidade de ascensão social passam por uma relação de sociabilidade. Azeitar as relações com os coronéis é uma forma de sobrevivência e de melhoria da vida destes sujeitos submetidos a esta estrutura social. A liberdade de morrer por inanição, apesar de ser uma escolha, não parece ser uma opção comum, ela causa o constrangimento dos indivíduos frente a uma lógica social capitalista.

Assim, temos um Estado à frente das aventuras da burguesia local, garantido por instituições burguesas de direito e suas redes de sociabilidades, às vezes por participarem da mesma visão de mundo, outras por questão de sobrevivência. O autor também defende a diferença entre aparelhamento na prática patrimonialista e o poder, o qual pode pertencer a outras classes e grupos sociais não ligados à burocracia estatal, ainda que elas atuem e detenham a força na formação das decisões estatais ele seria mais difusa e não formaria uma única classe do poder. Para o autor, apesar de não fazer

um pulo teórico para configurar uma classe do poder, a liberdade e capacidade de decisão das classes de baixo não acontece. As elites conseguem coaptá-las, em suas palavras: “a astúcia, a sagaz manipulação são qualidades psicológicas ajustadas ao comando elitista, enquanto nos estamentos prevalece a decisão de utilizar a violência, a direção voltada à eficiência, o cálculo nas intervenções sobre o mecanismo jurídico” (2001, p.878). Portanto há um fechamento da estrutura para conter as classes de baixo, seja por meio da violência policial, pelo sistema jurídico ou pela cooptação. Assim conclui que “a elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político” (2001, p.878). Não se restringindo a um único setor, mas as elites que se apoderam do aparato público para fins privados de controle econômico e social. Nas palavras do autor “o chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário” (2001, p.886)).

De acordo com Faoro (2001), a política do Brasil Colonial inicia por um acordo entre as próprias elites. Um movimento revolucionário de cima para baixo, ou uma revolução conservadora mantenedora da ordem do trono de Bragança. Por essas características, as eleições das comarcas no período colonial e monárquico irão respeitar uma regra para a escolha de homens qualificados. Ser um eleitor e elegível dentro de uma sociedade escravocrata é um privilégio destinado a grupos burgueses e aristocráticos, pessoas com capital social e financeiro. Uma circunscrição de um espaço social em que uma parcela ínfima da sociedade poderia transitar e manifestar seu voto e seu projeto de governo.

Após o período no qual o Estado brasileiro era regido por uma coroa, não houve uma transformação na estrutura política por meio da República com o projeto de federalismo. Pelo contrário, durante a República Velha⁴ estes constructos senhoriais foram utilizados e reforçados. Para José Murilo de Carvalho (1996) o coronelismo é fruto da política federalista que instituiu amplos poderes aos governadores. Diferente da monarquia centralista, os governadores exerciam uma função que unia as oligarquias estaduais a um único projeto de nação.

A maior mudança no aspecto administrativo do império para a república ocorre na manutenção do corpo burocrático e da necessidade de manter uma relação mais próxima das elites locais para manter a unidade. Se antes os presidentes de província

⁴ Na historiografia há duas formas de se referir ao período: Primeira República e República Velha. Para este trabalho preferiu-se utilizar o termo de República Velha. Ele representa melhor a estrutura política e social. Uma escolha varguista que perscruta a genealogia política do Partido Republicano conservador e retrógrado.

eram provisórios e, portanto, sem a capacidade de se tornarem coronéis, com a República tem se o contrário. Passou a ter políticos regionais com autonomia para criar projetos políticos econômicos próprios, diferentemente dos burocratas administrativos que estavam a mando da coroa.

Disso, tem-se que o coronelismo era uma resposta política encontrada para solucionar as tensões sociais entre os Estados – ao que já era latente no período imperial. Logo, “o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” e que foi posto em prática por Campos Sales em 1898, ao conceber o projeto federalista. É uma resposta encontrada em segundo plano para apoiar os fazendeiros, uma vez que já não se despediam de leis escravagistas e precisariam do apoio do Estado. Ou seja, o coronelismo enquanto política foi uma das respostas possíveis naquele momento para a mudança do regime político. Porém, ele era um projeto político que não acarretaria em nenhuma mudança social entre as classes. Os latifundiários continuariam a manter seu poder econômico desde que aderissem aos partidos republicanos regionais e, principalmente, à recente federação.

O coronelismo, porém, não deve ser confundido com o clientelismo. Ele não está ligado a terra e produção latifundiária e não se insere no meio urbano. Para falar de trocas de favorecimento em locais urbanos e um poder diferente do relacionado à terra, deve-se ser usado o termo clientelismo. Assim, para Carvalho (1996, p.236) “o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo” perpassando toda a história política do Brasil e apresentando “uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos”. Como o texto do autor é datado de 1996, vê-se que o clientelismo aos poucos substituiu o coronelismo com a urbanização e com o aumento administrativo do Estado – criação de vilas, comarcas e cidades, etc.

Há ao longo de séculos uma relação senhorial na formação da sociedade brasileira que tece as experiências e a forma de pensar a política. Escravidão, coronelismo e clientelismo estão inerentes aos contornos sociais da história do Brasil. Esses fatos também não podem ser desconsiderados ao se falar sobre a formação das elites econômicas e políticas de Itajaí.

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DE ITAJAÍ

Os primeiros relatos feitos pelos europeus sobre o Novo Mundo transitavam ora entre uma visão de mundo que enxergava os indígenas em uma convivência harmoniosa tal como Adão e Eva, e ora como um povo sem alma, fé, rei, lei na descrição de Gândavo.

A função de compreender este período normalmente recai a arqueólogos, que a partir de alguns indícios, trazem luz ao cotidiano das nações de troncos linguísticos Jê e Tupi.

Mesmo partindo desse cenário, conseguimos analisar os vestígios das populações autóctones. Os dados encontrados registram a existência desses povos há pelo menos cinco mil anos no litoral de Santa Catarina. Estes fragmentos foram descobertos por arqueólogos ao longo da costa e mostram, em sua maioria, a existência de sambaquis, que são resquícios de populações de caçadores-coletores-pescadores. As características da vida material dos grupos tupis no litoral sofreram uma mudança há cerca de dois mil anos, sendo deste período os artefatos de cerâmica mais antigos encontrados. O provável contato dos grupos indígenas do litoral com os grupos Jê do interior aponta para uma integração comercial, que se dá pela expansão territorial dos grupos Jê Meridional – Guaranis. O comércio demonstra uma transformação para o sedentarismo destas populações, uma sociedade baseada em aldeias e com trocas de excedentes. Assim, tem-se uma relação política dentro da aldeia, uma maneira de produção e trocas comerciais (SALVADOR, 2017).

A expansão dos guaranis se deu por meio das migrações que, por sua vez, foram consequências do aumento demográfico e busca por terras melhores para o cultivo. Esta expansão aproximou os grupos Jê - Carijós e Xoklengs. As relações entre estes grupos étnicos levaram a trocas de excedentes comerciais e trocas culturais⁵. Em outras ocasiões foram geradas tensões e conflitos armados.

Há, portanto, trocas de costumes, tecnologia e formas de produção (SALVADOR, 2017). Este mesmo tipo de troca também ocorre entre os Carijós e os marinheiros brancos. Uma troca comercial e cultural. Por vezes eram deixados que

⁵ Apesar de serem grupos diferentes e terem criado uma sociedade e uma cultura ímpar, não foi possível localizar algum estudo que se aprofundasse na forma que isso resultaria na criação de uma estrutura econômica diferente.

alguns dos marinheiros estabelecessem plantações e criassem um porto seguro para receber seus conterrâneos brancos em suas passagens (SALVADOR, 2017).

Essas relações começaram a mudar no final do século XVII, com o projeto de expansão da Coroa Portuguesa que visava a boca do Rio da Prata, quando Dias Velho e seus herdeiros começaram o processo para capturar os gentios da terra e os escravizarem. A partir deste ponto, as aproximações que, até então eram mais pacíficas, são deixadas de lado e a europeização da região ganha vigor (SALVADOR, 2017).

3.1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UM CURTO RETROSPECTO

Entre o final do século XVII e XVIII as mudanças ocorridas eram em torno da utilização dos indígenas como escravos ou não. Uma discussão que passou entre as Comarcas locais e as Cortes em Lisboa para definir se as populações locais da América Portuguesa tinham alma. Enquanto a discussão era feita, as bandeiras prosseguiram e a escravidão se estendia pelas “guerras justas” e as missões jesuítas.

Um ponto importante a ser ressaltado, é que a economia brasileira entre o final do século XVIII e início do XIX era baseada na exportação agrária e precisava lidar com a concorrência de outras regiões da América. O açúcar brasileiro, por exemplo, concorria com as colônias da América Central, enquanto a produção de algodão disputava com a América do Norte, os dois principais produtos exportados ao longo do litoral da América Portuguesa - sobretudo no que viria a ser o Nordeste brasileiro. Os produtores de couro e charque do sul do país, por sua vez, enfrentavam a concorrência da região do Vice Reino da Prata (PINTO, 1968). Entre as poucas atividades que geravam riquezas neste período, eram em sua maioria bens agrícolas voltados para a exportação - algodão e açúcar - e o comércio transatlântico de escravos oriundos de África, que sofreu paulatinamente entraves até seu tardio fim em 1888.

Nas palavras de Frago e Florentino (2001), as elites econômicas no Brasil “monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio no Atlântico), em um movimento que implicava no direcionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas – leia-se, sobretudo, agricultura” (2001, p.21). O projeto político criado por estas elites econômicas não vislumbravam um capitalismo de ampliação do consumo interno para a obtenção de riquezas, e sim a exportação, almejando a ideia de pertencimento à elite política através de compras títulos de nobreza e terras.

A isso, soma-se o fato das elites políticas terem um projeto de império alinhado com as Cortes Portuguesas, que se viam restritas a um território pequeno e com uma economia menor em relação ao seu vizinho ibérico. As possessões ultramarinas são uma forma de driblar estes fatores. Os números levantados por Fragoso e Florentino (2001) exemplificam este projeto, uma vez que em meados do século XVII, 40% do orçamento da coroa era dedicada a manutenção da aristocracia – tenças, moradias, ordenados – e 52% das riquezas da Coroa eram obtidas pelos pagamentos de impostos dos territórios do além mar, passando em meados do século XVIII para 45% das receitas. Portanto, a aplicação do capital mercantil é reduzida na colônia e o capital rentável não é reutilizado para atividades mais ou igualmente rentáveis, mas sim para galgar os degraus na política administrativa do Império por meio da obtenção de símbolos aristocráticos – terra e escravos. As escolhas destes agentes iriam futuramente reverberar para a desigualdade social no Brasil, que se mantém até os dias atuais.

Tem-se, portanto, a divisão entre elites econômicas e políticas, comerciantes e aristocratas. Esses são os primeiros passos da formação social e econômica da América Portuguesa. Existiam também os agentes que objetivavam pouca ou nenhuma ascensão social e não ligada à ideia capitalista de lucro, poupança e investimento – nomeados por Fragoso e Florentino (2001) de mercador-fidalgo. Esse conceito é criado pelos pesquisadores visando facilitar o entendimento desta elite comercial que almeja sua ascensão a aristocracia, suas regalias políticas e aos cargos na esfera administrativa do império ultramarino. Além disso, soma-se o fator de ascensão social durante o Período Colonial, o regresso para as Cortes em Portugal. Por fim, tem-se como base da sociedade um tipo de produção arcaica – a mão de obra cativa em condição de escravidão – e não capitalista, mas mercantil voltada para a ascensão e aristocrata.

Portanto, não se trata somente de uma questão cíclica da econômica – pau brasil, açúcar, tabaco, café – ou de uma situação cíclica da economia internacional, mas também a forma como o mercantilismo e o início do capitalismo se deram como um projeto de nação. E, sobretudo, um projeto que não está ligado à máxima de acumulação de capital do agente econômico, algo que uma leitura rasa do capitalismo poderia sugerir.

Afinal, não podemos ser anacrônicos na economia e esquecer que as estruturas mentais destes sujeitos do século XVII, XVIII e no XIX estavam centradas no Antigo Regime – apesar de já haver no século XVIII anseios contra este sistema nos EUA e França – que reverberaram no Brasil de uma maneira acanhada. É provável que o

símbolo maior na independência contra o modelo monárquico europeu sejam os irmãos Andrada e José Bonifácio. Vale também lembrar que a ideia de Antigo Regime foi solapada em diferentes momentos em cada país, tendo uma experiência absolutista marcante até o século XX ao menos no Império da Rússia, no Império Austro-húngaro e no Império Otomano.

Em resumo, há um quadro econômico não-capitalista, com pouca utilização de tecnologias, uma produtividade baixa e pouca circulação de moeda. Estes fatores levaram a uma baixa disposição de capital voltado a empréstimos na América Portuguesa e a um número mais restrito de sujeitos capazes de acumular capital (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001). Este é um fator de extrema importância se pensarmos na capacidade de constrangimentos que os detentores do capital financeiro conseguem obter por meio desta característica da economia local. As dinâmicas sociais vão ter um papel fundamental para o acesso a este capital financeiro.

Nos séculos XVIII e XIX teremos o que foi dito neste subcapítulo como o contexto nacional da economia e da estrutura social. Porém, é preciso também compreender as estruturas na Província/Estado e na Vila/Município.

3.2 FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA: PRIMEIROS POVOAMENTOS

Para Caio Prado Júnior (2008), a formação econômica do Brasil meridional teve seu início associado com a Comarca de São Paulo que se subscrevia sobre a Comarca de Paranaguá, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A esta parte da colônia, o autor ressalta como era geograficamente excêntrica, ficando de fora do principal eixo da colonização e do eixo econômico com a Metrópole.

Ao Sul da colônia portuguesa na América foi relegado a tarefa de adensamento populacional para conter os avanços da coroa espanhola, razão *sine qua non* para a colonização daquela época ter sido feita em parte de Santa e Rio Grande do Sul por jovens casais e famílias já formadas – oriundas de ilhas já amplamente povoadas da costa ocidental africana. Desse modo, a agricultura se deu em forma de subsistência e a comunicação feita, principalmente, por cabotagem. O autor ainda ressalta a diferença da formação econômica ao sul de Laguna. Região em que não havia bons portos e que, portanto, estava ainda mais longe da economia colonial. Como a Capitania de Santa Catarina ficava longe de todos os ciclos econômicos na América Portuguesa, ela não

viveria a experiência da grande lavoura agroexportadora. De certo modo, a região de Lages se insere no ciclo do ouro em Minas Gerais que durante muito tempo ainda era parte da Capitania de São Paulo⁶ e o local da passagem tropeira. Dessa forma, ao longo do século XVIII, a capitania teve uma experiência de subsistência, formada pelo comércio do excedente para o Rio de Janeiro e, em menor medida, para o comércio de gado demandado pelo ciclo do ouro em Minas Gerais, tanto o *vacum* para o charque quanto o muar para o transporte de bens.

Disto isso, tem-se que a formação econômica de Santa Catarina inicia através do mar (demografia) e do porto (comércio), e continuaria a ser até os últimos suspiros do Império. Dito isto, tem os povoamentos situados ao litoral: São Francisco do Sul, Desterro e Laguna. Destes três, São Francisco e Laguna são ligados a rios que nascem no interior. Somente um povoamento se consolidará posteriormente distante do mar. Lages, foi um importante entreposto comercial ao longo do século XVII para as tropas voltadas ao comércio de *vacum* e muar entre Viamão-Sorocaba. As estradas eram escassas e com difícil circulação até a finalização da Estrada Dona Francisca no século XIX em 1895, .

Portanto, como coloca Goularti (2013, p.149),

esse cenário nos leva a concluir que, na formação econômica de Santa Catarina, as vias de comunicações e os meios de transportes, que predominaram durante todo o século XVIII e XIX, assumiram um caráter desarticulado

A forma mais articulada de comunicação entre a Província e a Coroa se deu pelos rios e pelo comércio de cabotagem, que se restringia às regiões que serpenteavam o litoral de Santa Catarina. Assim como toda a formação espacial da América Portuguesa, o mar e os rios foram responsáveis pelas ligações entre as economias locais. Enquanto as estradas eram precárias demais e estavam ligadas a captura de indígenas e a procura pelos minérios.

A criação da Capitania de Santa Catarina aconteceu em 1737, sendo um fator importante para o desenvolvimento do povoamento, pois deixava de ser uma capitania sob jurisdição de São Paulo para ter mais autonomia, além de contato direto com a sede da América Portuguesa e as cortes em Lisboa. De acordo com Cabral (1976), a formação de Santa Catarina teve como diferencial a concessão das sesmarias. As sesmarias tinham como ideal o desenvolvimento agrário local, fato é que as sesmarias

⁶ Até 1820 Lages pertencia à capitania de São Paulo.

utilizavam os mesmos aspectos da distribuição de terras das leis romanas antes de Licínio. Ou seja, as terras eram dadas a famílias que tivessem recursos necessários para investir na terra. Ao contrário deste processo de distribuição de sesmarias que ocorreu em outras capitânicas, em Santa Catarina será dada para a ocupação de famílias de poucos recursos.

Em um primeiro momento, o eixo demográfico era em direção às capitânicas ao sul, fazendo frente militarmente à coroa espanhola, enquanto a inserção econômica se dava rumo às capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro, enviando farinha de mandioca, erva mate, gado mouro e *vacum*. Desse modo, se deu o perfil econômico do território que hoje é o estado de Santa Catarina durante o século XVIII.

No aprofundamento da formação econômica de Santa Catarina é necessário perceber como ela estava ligada entre si e às demais regiões da América lusitana. Muitos latifundiários da ilha de São Vicente (à época Porto dos Escravos) conseguiram arguir com a coroa para a concessão das sesmarias, na campanha de povoar e fazer frente às incursões da coroa espanhola que aconteceram na costa catarinense ao longo do século XVI e XVII (CABRAL, 1976). Assim foi fundado, em 1658, o primeiro povoamento litorâneo de Santa Catarina, onde hoje fica São Francisco do Sul, como sesmaria de Manoel Lourenço de Andrade. Em 1660, São Francisco já tinha sua elevação ao *status* de vila e tinha em sua paisagem engenhos de açúcar e mandioca, além de algodão, uma manufatura de cordoaria e a recepção de um capitão mor e sua tropa terrestre (CABRAL, 1976).

Já o povoamento de Desterro foi criado posteriormente, em 1673. Dois anos depois, em 1675, Dias Velho chega ao povoado com cerca de 500 indígenas cativos. A economia da ilha girava em torno dos engenhos de mandioca e de açúcar, do extrativismo pesqueiro e das bandeiras à procura de minas. Nossa Senhora Desterro foi somente elevada a vila em 1726, conforme pontua Cabral (1976, p.75): “Desterro, ainda mais que as outras vilas [Laguna e São Francisco] achavam-se entregue aos próprios recursos (...) vivendo com os seus 142 habitantes em 1712 na maior pobreza”. Dessa forma, a ilha precisou se modificar para cumprir o desejo da coroa, a sua expansão do território da América Portuguesa frente à América Espanhola. Para isso, era necessário a guarnição da Ilha de Santa Catarina e um povoamento expressivo. Em 1728, o primeiro destacamento militar é recebido na ilha (CABRAL, 1974).

Durante o final do século XVII e as duas primeiras décadas do século seguinte, o principal povoado no litoral era Laguna. Em 1696, com a chegada das tropas de

bandeirantes, a mando de Brito Peixoto instalou-se um povoado de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. De lá partiram as tropas rumo ao Rio Grande do Sul para captura dos indígenas e dos gados *vacum* - deixado décadas antes pelos castelhanos. Laguna, durante este período, era o maior polo econômico da região, mantendo jurisdição sobre Desterro desde a morte de Dias Velho em 1687. Brito Peixoto recebeu, em 1721, o título de capitão-mor concedido. Devido às passagens dos tropeiros criava-se em Laguna também gado *vacum*, ainda que a maior parte vinha de Lages, após a descida da serra e a navegação pelo rio Tubarão (CABRAL,1976). Desta forma o povoado encontrava-se mais ligado aos movimentos internos dos tropeiros e o ciclo do ouro.

Durante o século XVIII se inicia o ciclo do ouro, enquanto isso as tropas bandeirantes desciam cada vez mais, almejando conseguir sua mão de obra e abastecer o mercado interno pujante nas minas de gado *vacum* e mular. Para isso, as tropas precisaram criar estradas pelo interior da capitania até a jurisdição de Viamão. Com este intuito, o povoado de Lages foi fundado por Correia Pinto em 1776, marcado pela mão de obra dos cativos carijós e uso extensivo do campo para criação de gados. Entretanto, as estradas ligavam esse povoado principalmente ao Sul e ao Norte, não a Leste, direção do litoral e de Desterro, capital da província. Tanto que, 57 anos depois da fundação de Lages, em 1883, a estrada para o leste ainda não estava terminada e houve um novo pedido para abertura das matas. A ligação de Lages com o litoral só aconteceu, de fato, com os povoamentos de São Pedro de Alcântara e Angelina, margeando o rio Imaruim e, só ao final do século XVIII, esta ligação ocorreu com a capital da província. Ainda assim, até o governo Nereu Ramos e a criação de uma rodovia Leste-Oeste do estado de Santa Catarina em 1936, Lages estava mais conectada com a economia do Rio Grande do Sul e São Paulo do que com as regiões de Santa Catarina (GOULARTI,).

Por fim, pode se dizer que a formação ao sul entre Laguna e Lages, no Planalto Sul catarinense, assim como o Oeste, foram as últimas partes a terem forte desenvolvimento econômico. O Planalto Sul teve um início tímido e ligado ao mar, Laguna, Tubarão e Araranguá, movimentando a economia ao redor da pesca e agricultura de subsistência com a migração açoriana. Enquanto que o Oeste e Extremo Oeste durante o século XIX ficaram marcados pela Questão das Palmas e a disputa militar na região até o ano de 1895. Somente a partir daí começaram o incremento e a integração – ainda entre norte e sul – por meio de ferrovias ligadas à extração de madeira e a produção do mate.

3.3 ECONOMIA EM SANTA CATARINA: SÉCULO XVIII E SÉCULO XIX

Antes de iniciar um curto retrospecto sobre os povoamentos em Santa Catarina a partir do Império é importante ressaltar alguns fatos para além da mudança das cortes lisboetas para as cortes cariocas. O primeiro é o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais. As jazidas descobertas durante o século XVIII chegaram ao seu declínio no final do mesmo século. Como consequência, o segundo fato foi a mudança do eixo econômico de Laguna, principal porto para o gado e mate do Rio Grande do Sul, serra e planalto sul de Santa Catarina, para Desterro, até então um povoado pequeno com produção de mandioca, porém com importância militar para as tropas marítimas e que havia sido tomada em 1777⁷.

Com o intuito de proteger a região e fortalecer a marinha no litoral de Santa Catarina, inicia em 1746 a emigração da população dos Açores para o litoral. A promessa de um quarto de légua de terras cultiváveis era atrativa e objetivava a formação de povoamentos necessários para servir de mão de obra e conscritos nas tropas militares. Estima-se que esse fluxo de migrantes para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul trouxe por volta de quatro mil pessoas durante o século XVIII e início do XIX.

Em 1797, a região do atual município de Florianópolis era formada por vilas e freguesias. Destas, se destacam a parte continental, antes pertencente a São José da Terra Firme, Vila Capital de Nossa Senhora do Desterro (região do atual centro e sul da ilha), Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (parte noroeste da Ilha) e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (nordeste da Ilha). No levantamento de Biléssimo (2010), a divisão econômica fica entre oeste e leste da ilha. Sendo assim, em 1797, a região oeste da ilha era responsável por 9,8% da produção de farinha de mandioca de Santa Catarina, além de quase 9% do arroz, 16% do feijão e em torno de 13% do milho e do trigo. Sua população, na mesma época, era de 4.797, sendo a vila mais populosa de Santa Catarina, contando com 1.298 cativos. Já o lado leste, no mesmo ano produziu quase 30% do trigo da capitania, além de 12% da farinha de

⁷ Importante frisar dois fatos que aconteceram no último quarto do século XVIII. Primeiro a elevação a Vice Reinado da Prata, até então era uma capitania sob jurisdição do Vice Reino do Peru. Segundo que de acordo com Cabral (1976) nos anos de 1778 devido a tomada da ilha pela coroa espanhola ocasionou em um deslocamento da vida pesqueira para a vila de São João Baptista de Itapocoroy, margem norte do Rio Itajaí.

mandioca, 20% do milho e 13% do feijão, havendo 347 cativos em condição de escravidão (BILÉSSIMO, 2010).

A ilha de São Francisco do Sul era, em 1797, a segunda mais populosa da capitania, com 4.453 habitantes e por volta de 890 entre cativos e forros. Era também a grande produtora de farinha de mandioca, com quase 30% da produção total da capitania. No continente, havia a Freguesia de São José, que em 1797 era o principal produtor de arroz da capitania, responsável por quase metade da produção, e cerca de dois mil habitantes. Já Laguna, a vila mais ao sul da capitania, em 1797, tinha 3.203 habitantes, sendo 776 cativos e 112 forros. Neste levantamento feito pelo historiador vê-se que os números da produção das principais cidades do período já começam a se concentrar na capital da capitania, superando ou fazendo frente para São Francisco e Laguna. Nas palavras de Biléssimo (2010) em suas palavras:

sua colocação como centro administrativo e como ponto nevrálgico do comércio provincial permitiu que ela perpetuasse por um bom tempo o controle da riqueza oriunda do incremento da atividade econômica na província” (BILÉSSIMO, p.98, 2010).

A economia em Santa Catarina seguia as bases das demais áreas afastadas das cortes. Uma economia de extração de madeira, comercializando o excedente da agricultura – principalmente a farinha de mandioca – pesca e pouca produção de itens manufaturados. Assim, ela começa a atrair as casas comerciais das cortes que percebem a ilha como um ponto importante para o comércio ao sul do Atlântico na América Portuguesa (BILÉSSIMO, 2010).

Os três primeiros povoamentos ao litoral deram abertura a novos povoamentos ao seu entorno. Alguns foram povoamentos que ligavam centros maiores, como São Pedro de Alcântara e Angelina ligando timidamente a capital à Lages, outros transbordamentos de centros portuários como Laguna que resultaram em Tubarão ligando ao interior. E neste movimento, houve o transbordamento na região de São Francisco e o planejamento para maior desenvolvimento no Vale do Itajaí

3.3.1 Formação do Planalto Norte e do Vale do Itajaí

Até aqui foram vistas as relações econômicas de Santa Catarina. O litoral ligado à cabotagem enviando seu excedente para a região da capitania ou para as cortes e Lages ligada, sobretudo, aos tropeiros entre Viamão e Sorocaba. Estes povoamentos foram viáveis por incentivo das sesmarias e, sobretudo, pela viabilidade e capacidade de

se manter uma economia ativa. Este último ponto é o mais importante para compreender o fator do transbordamento para a criação de relações econômicas entre as regiões.

Em 1836, três anos após o início do povoamento em Nossa Senhora do Sacramento (Itajaí), foram levados colonos de São Pedro e Desterro, com distribuição de terras e isenção de impostos. Uma forma de impulsionar o povoamento na região. E no mesmo movimento, em 1851 ocorreu a vinda de imigrantes germânicos para o planalto norte, ligados a São Francisco por rio.

3.3.2 Formação do Planalto Norte

A região do planalto norte do estado contou com o serviço de colonização de Hamburgo, conduzidas pelas autoridades de São Francisco do Sul, com a vinda de 191 imigrantes no ano de 1851. Ao contrário do Rio Itajaí que facilitava o contato interior e dificultava o contato marítimo pelo assoreamento, o Rio Cachoeira contava com manguezais e logo teve que ser drenado para que fosse utilizado como escoadouro. Este fato fez Joinville ser um grande produtor de arroz da região.

Entre o planalto alagadiço de Joinville encontravam-se próximos diversos rios como Pirai, Cubatão Norte e São Bento, sendo este afluente do Rio Negro (que por sua vez é afluente do Rio Paraná). Em 1854, já havia o projeto de criação da estrada ligando Joinville ao Rio Negro, sendo concluída em 1858.

A cidade de Joinville virou um centro local catalizador e propulsor para novos núcleos coloniais, servindo como ligação entre os rios para o porto de São Francisco e as vilas a margem do Rio Negro. Posteriormente, em 1873, foi fundada São Bento, à margem do rio homônimo, também pela companhia hamburguesa de assentamento de imigrantes. Dez anos depois, em 1883 se emancipou como município.

De forma semelhante, em 1895 foi construído o núcleo de Hansa, pela mesma companhia e depois passado para a mão da companhia hanseática. Foram então criados três distritos entre os rios Itapocu e Itajaí Açu, ganhando o nome de Hansa e posteriormente de Jaraguá do Sul. Assim, se vê como a economia da antiga colônia Dona Francisca se expandia ainda mais para dentro do planalto norte catarinense.

Já em 1861, Joinville se mostrava um centro incipiente da região, tendo 70 engenhos de farinha e 32 de açúcar. Cinco anos depois ela se emancipa de São Francisco do Sul e sua exportação contava em 230 contos de réis. Para além dos produtos agrícolas, o município começou a ter pequenas manufaturas de laticínios,

cerveja, sabão, mobílias de vime e telhas. No início do século XX, a cidade de Joinville possuía 333 fábricas de manufaturas, 536 engenhos de açúcar e 610 estabelecimentos comerciais.

No século XX, se viu a ligação por estradas do Planalto Norte com o porto de Itajaí para o escoamento da produção da madeira (até a década de 1970 o principal produto exportado pelo porto era madeira, posteriormente começou a exportação de agroindustrial, cerâmica e de bens domésticos). Portanto, houve uma integração das regiões ao redor do porto como forma de alcançar novos mercados tanto dentro do país quanto fora.

3.3.3 Formação econômica do Vale do Itajaí

Em 1835, a utilização dos rios Itajaí Mirim e Itajaí Açu foi analisada como forma de inserir populações brancas no interior de Santa Catarina. Portanto, pela lei provincial nº11, foi “mandado estabelecer, na planície aluvial do rio Itajaí, duas colônias de nacionais e de estrangeiros, cada qual com o seu arraial, uma a margem do rio Itajaí-açu e outra no rio Itajaí-mirim” (PIAZZA,1998, p.107). As terras seriam cedidas pela coroa de acordo com o tamanho da família e, apesar de pertencerem ao município de Porto Belo, os assentamentos ficaram a cargo de Agostinho Alves Ramos – residente na freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Porém, em 1837, houve confrontos entre os brancos e os Xokleng, com a vitória destes últimos sobre a terra. Cinco anos depois, em 1842, houve novas expedições com as companhias pedestres (soldados) sob comando do Major Henrique Etur para Blumenau e com o envio de Major João de Souza Mello Alvim para Brusque. Um ponto importante a ser analisado, é o ímpeto do preamento, que continuou na sociedade, mesmo com o fim das bandeiras, colocando os gentios da terra na posição de ser cativo ou de ser exterminado (PIAZZA, 1998).

O Vale do Itajaí, na primeira metade do século XIX, recebeu uma série de investimentos do Estado. Seja por concessões de terra, por envio de tropas terrestres, por incursões a fim de mapear a área e com o alojamento de imigrantes.

Até aqui, foi visto que o processo de imigração branca para Itajaí foi diferente do processo de expansão da América Portuguesa ao Rio da Prata. A região passou a ser colonizada a partir do projeto de aumento populacional, branqueamento da população e expansão da economia agrária em terras pouco habitadas por brancos.

Entretanto, antes de abrigar a maior comunidade estrangeira do estado ao longo dos rios Açu e Mirim, seu litoral foi povoado por pescadores que vinham de São Francisco.

foi um Arzão, talvez Matheos, da família daquelle João Dias de Arzão que viera para Santa Catharina com Manoel Lourenço de Andrade, povoador de São Francisco, e que para lá se dirigira, obtendo também favores de terras (CABRAL, 1976, p.129)

Cabral (1976) ainda aponta que foi feita uma grande lavoura com as terras concedidas, onde ainda hoje é o bairro Fazenda em Itajaí. Neste momento, início do XIX, a cidade se encontrava como o centro econômico da região do Vale. Os povoamentos aos redores dependiam das tropas locais para o preamento, para conquistar e manter os assentamentos nas terras carijós e xokleng. De lá, partiram as expedições que resultaram na criação de Camboriú, Brusque e Blumenau.

Como bem pontua Corrêa (1999), o período de criação dos povoamentos e de maior investimento nestes locais visava aumentar o número da população branca e diminuir os vazios demográficos. Porém, também visava o abastecimento do mercado interno em ascensão no sudeste durante o ciclo do café. Enquanto São Paulo e Minas Gerais se encarregaram de exportar de suas grandes lavouras para o mercado internacional, os demais polos se voltaram para a produção agrícola para o consumo interno.

No ano de 1839 já se vê algumas famílias assentadas em Blumenau, um número diminuto de 48 famílias brasileiras e 17 estrangeiras. Em 1851 ,contava com 21 engenhos de farinha e dez engenhos de cana de açúcar, não somente para suprir a demanda do povoamento, mas mirando a exportação agrícola para outras regiões do estado.

Blumenau foi o polo dinamizador da economia da região. A produção agrícola e, posteriormente, as indústrias na região estiveram entre suas maiores contribuições para a formação econômica do Vale. Esse processo não foi fácil. Somente o debate para a concessão da terra para a criação da freguesia de Blumenau levou quatro anos, se concretizando em 1852. E terminou com a venda da terra para a empresa de assentamentos de Hermann Blumenau e de Fernando Hackrad⁸, com soldo anual para aquele e com empréstimos corriqueiros nos primeiros anos para a concretização do

⁸Fernando Hackradt será de extrema importância para as elites empresariais no Vale do Itajaí. Em Brusque ligado a Renaux, em Blumenau com Hermann e em Itajaí com as famílias Konder e Asseburg. Sem mencionar a relação entre Hackradt e a família Hoepcke.

assentamento (CABRAL, 1974). Enquanto Blumenau ficava para zelar pela colônia, recebendo fundos e salário da coroa, Hackradt ficava responsável por trazer imigrantes e criar elos comerciais de exportação de bens extrativos dos trópicos na Europa.

Em relação a parte econômica, a crescente vila de Blumenau procurou desde cedo uma forma de incrementar sua economia através do uso do rio. Em 1877, no então assentamento de São Paulo de Blumenau, houve a criação da Companhia de Navegação Fluvial Itajaí-Blumenau com o primeiro navio, Progresso (PIAZZA, 1998). Esse movimento do comércio de cabotagem começou ainda no império a ganhar um contorno mais cosmopolita.

Como pontua Cabral (1974), após 30 anos de sua fundação, Blumenau (1880) se emancipou, possuindo 92 fábricas de manufatura, 30 quilômetros de estradas e exportando 130 contos de réis. Em contrapartida, o governo havia injetado 2.300 contos de réis e enviado tropas regulares para a proteção local. A cidade então torna-se um núcleo econômico da região, atraindo por volta de 22 mil imigrantes até 1916. De acordo com os levantamentos de Piazza (1994), houve uma aceleração exponencial nas indústrias em Blumenau. Em 1860 havia 33 engenhos de farinha de mandioca, 47 de açúcar, 47 alambiques, duas serrarias e três olarias. Já em 1880, os números saltaram para 142 engenhos de mandioca, 154 de açúcar, 143 moinhos, 32 serrarias e dez olarias.

Junto com o planejamento de Blumenau acontecia também o de Brusque. As terras alagadiças e os rios para escoamento eram propícios para a lavoura. As terras férteis abasteceriam outros mercados. Em 1860 inicia-se o povoamento em São Luiz Gonzaga (Brusque). Ainda como parte do Santíssimo Sacramento (Itajaí), Brusque começou o seu desenvolvimento com base na agricultura e exportação através dos rios – desde cedo também teve embarcações locais voltadas para cabotagem. O projeto político para a industrialização de Brusque pelo Estado se deu de maneira tão grande, que as colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro foram consideradas povoações do Império em 1875 (PIAZZA, 1994). Do seu início agrário houve uma transformação para pequenas empresas familiares, acompanhando o ritmo do desenvolvimento demográfico e econômico de Blumenau. Ainda que o crescimento econômico de Brusque tenha se dado de maneira mais tímida em comparação a Blumenau, em 1861 havia quatro engenhos de farinha e quatro de açúcar, dois moinhos de fubá e duas fábricas de charuto. Já em 1875, passados quase 15 anos, havia: 22 engenhos de farinha de mandioca e 34 de açúcar, dezoito serrarias, cinco fábricas de charuto e onze moinhos de fubá.

No entanto, em pouco tempo desde a sua fundação, Brusque negociou produção têxtil para os mercados do sudeste. Em 1892 foi erigida a fábrica de tecidos de Carlos Renaux⁹. Brusque passou a ser uma importante cidade para o início da indústria catarinense.

Os povoamentos de Blumenau e Brusque foram de longe os mais caros que o Estado financiou em Santa Catarina. Para Brusque, foram gastos 3.920.089\$843 réis e em Blumenau 2.338.435\$557 réis desde sua fundação até o ano de 1880. Como comparação, colocou-se os valores gastos entre as colônias desde sua fundação até o ano de 1880.

Quadro 1. Gastos com as colônias

Colônias	Réis	Porcentagem em relação ao total menos Brusque
Brusque	3.920.089\$938	101,34%
Blumenau	2.338.435\$557	60,45%
Angelina	252.306\$938	6,52%
Azambuja	542.090\$252	14,01%
Luís Alves	263.465\$760	6,81%
Santa Isabel	229.501\$730	5,93%
Teresópolis	242.501\$454	6,27%
Total menos Brusque	386.8301\$691	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Lido o quadro acima se infere que 1) o valor gasto com a colônia de Brusque até 1880 supera a soma dos gastos com os demais povoamentos; 2) os gastos com a colônia de Blumenau supera o valor gastos com os povoamentos de Angelina, Azambuja, Luís Alves, Santa Isabel e Teresópolis em uma vez e meia.

Estes investimentos ao longo do Itajaí reverberaram na formação do porto como principal dínamo econômico.

Como já foi visto até aqui, a região do Vale do Itajaí tinha pouca importância antes do investimento da província de Santa Catarina e do Império. Sua economia era voltada para a pesca e a produção agrícola, sobretudo centrada no povoamento de Itajaí, no litoral. Com a transformação do interior do Vale, a cidade passa a se voltar cada vez mais para uma economia comercial portuária. Além do seu desenvolvimento interno de

⁹Em consonância com o que já foi dito, vale mencionar as relações que a família Hoepcke, dono da fábrica de alfinetes e linha, teve desde cedo com a família Renaux através de Fernando Hackradt, formando uma aliança comercial fecunda.

manufaturados, o desenvolvimento de Itajaí esteve atrelado ao crescimento das demais localidades. Esta transformação da economia da cidade foi analisada e está contida no próximo subcapítulo.

Em resumo, é possível salientar que a economia catarinense não estava integrada, estando cada região voltada para um projeto de desenvolvimento próprio. Isso também se deve ao fato que cada região passou a integrar a economia interna em períodos diferentes. Os primeiros movimentos, como visto, são para povoar o eixo meridional da colônia em São Francisco, Desterro e Laguna, como uma tentativa de barrar a expansão da coroa espanhola. Enquanto em período semelhante Lages traçava outro percurso. A vila estava ligada ao ciclo do ouro em Minas Gerais, sendo um importante ponto de parada das tropas a caminho de Sorocaba, além de criar gado muar e *vacum*.

Já o movimento de interiorização ao redor da capital e de São Francisco teve um projeto semelhante em alguns termos da formação do Vale do Itajaí. Sobretudo no que tange a imigração de europeus ligada a produção de excedentes para os mercados urbanos em expansão no Sudeste e Nordeste¹⁰.

Seguindo esse movimento de aumento de projeto de adensamento populacional branco e dinamização da economia, se vê no último quartel do século XIX as regiões do Planalto Sul de Santa Catarina, o predomínio de famílias vinda do Reino da Itália (já unificada em 1870). Enquanto o extremo Oeste só se integrou com a economia da região de forma mais explícita a partir das estradas férreas no início do século XX – causando posteriormente a Guerra do Contestado, os seus subsequentes latifúndios e massacres dos camponeses.

3.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS PORTOS AO LONGO DO SÉCULO XIX: LAGUNA, DESTERRO E ITAJAÍ

Ainda que as comparações da formação econômica possam cair no erro de ter a mesma medida para experiências ímpares, propõe-se notar aqui o desenvolvimento portuário de Desterro e Itajaí ao longo do século XIX e XX. Vale lembrar tudo o que foi dito até aqui para não menosprezar a colonização extensa que Desterro teve ao longo do

¹⁰ De acordo com Goularti (2002), as exportações alimentícios no Vale durante a década de 1920 alcançam Salvador e Recife

século XVIII e início do XIX, enquanto Itajaí terá maior dinamismo econômico somente na segunda metade do século XIX.

Porém, é importante salientar como esta transformação portuária ocorreu paulatinamente do XIX para o XX, fruto dos projetos econômicos e sociais pelos quais a região passou desde o Império e sua manutenção ao longo da República.

3.4.1 A demografia e os portos

O crescimento populacional e a exportação de excedentes são pontos-chave para a formação econômica da região do Vale. Como Itajaí é o porto por excelência da região, a demografia do interior e sua produção percorrem suas águas e movimentam sua economia. É mister pontuar a demografia e o tráfego portuário durante o século XIX para compreender a modificação do eixo econômico.

Para tornar mais palpável a demografia de Itajaí e dos grupos que utilizavam o porto, foram criados quadros com as informações coletadas pelo professor Walter Piazza (1998).

No primeiro quadro vê-se o número de habitantes que Piazza (1994) levantou. Importante notar as datas e a variação na população local. Elas não indicam necessariamente um êxodo em massa em Tubarão, Itajaí e São José, mas a emancipação de vilas.

Quadro 2. Demografia comparativa da região de Desterro, Itajaí e Tubarão.

CIDADE	HABITANTES EM 1863	HABITANTES EM 1872	HABITANTES EM 1890	HABITANTES EM 1916
DESTERRO	24.144	25.619	30.687	42.000
SÃO JOSÉ	24.897	18.858	33.084	20.000
ITAJAÍ	21.372	9.018	13.876	26.000
TUBARÃO	12.584	7.608	15.540	20.000
CAMBORIÚ	-	3.538	5.076	7.000
BLUMENAU	-	8.922	27.752	60.000
BRUSQUE	-	-	8.094	16.000

Fonte: adaptado de Piazza, 1994, páginas 162 e 297.

Os dados demográficos foram levantados desde antes da criação da vila de Itajaí, da criação da vila de Blumenau e de Brusque até 1916. Nestes levantamentos é possível

verificar a transformação da demografia de Santa Catarina. Vê-se o rápido crescimento demográfico em todas as regiões, sobretudo Blumenau, onde a população mais do que triplica de 1872 a 1890 e que passa a ser a maior cidade do estado em 1916. Assim como a região do Vale do Itajaí passa a ter o maior número de habitantes, superando em quase duas vezes a Grande Florianópolis.

O levantamento demográfico de 1872 traz luz a alguns aspectos demográficos importantes, entre eles a mão de obra empregada por setor (PIAZZA, 1994). Em Desterro, o percentil da população de camponeses era de 20,01%; Blumenau 53,35%; Itajaí 30,56%; São Francisco 56,77%; Laguna 30,27%; Lages 25,37%; Joinville 31,73%; Tubarão 37,25%; São José 28,97%; Camboriú 54,77%. Estes números obviamente abordam a capacidade produtiva e a concentração no campo. Desterro, São José, Laguna e Itajaí são os núcleos com possivelmente menos pessoas envolvidas no trabalho rural. Enquanto que São Francisco, Camboriú e Blumenau estão entre as três que mais demandam mão de obra rural.

Como não foram encontrados outros levantamentos sobre as atividades que a população em Santa Catarina exercia, é somente possível comparar as atividades mercantis de cabotagem visando compreender a utilização dessa mão de obra fora do campo.

Abaixo segue quadro com o número de navios que passavam pelos três principais portos na época da província. A comparação se dá entre Desterro, Itajaí e Laguna¹¹. A supremacia do porto de Desterro é ainda notória (mais que o dobro em relação a Itajaí). Outro fato a ressaltar do quadro abaixo, é a passagem de navios comerciantes em Itajaí, que ultrapassa, antes de findar o XIX, o porto de Laguna – um dos primeiros e principais portos de Santa Catarina desde a época da Coroa Portuguesa.

Quadro 3. Passagem de navios e de carga 1873-1874.

PORTOS	Nº DE NAVIOS		TONELAGEM	
	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros
DESTERRO	388	12	50157	2505
ITAJAÍ	135	1	22635	303
LAGUNA	133	-	12782	-

¹¹ Apesar de não ser o foco do trabalho, é importante fazer alguns apontamentos sobre a decadência dos portos de Desterro e Laguna. 1)A importância destes portos diminui com os investimentos que são feitos em Itajaí de forma a ser um porto para além da sua região em 1940; 2)a construção das estradas ligando as regiões de Santa Catarina; 3) o aumento crescente da importância do porto de Rio Grande. Como fator resultante ou complementar, se vê nesta mesma época a transformação das empresas Hoepcke, passando da logística de cabotagem para a manufatura de tecidos e agulhas.

Fonte: adaptado de Piazza, 1998, p. 164.

Este quadro deve ser lido junto com o quadro abaixo. Retirando-se o porto de Desterro do cálculo, ainda proeminente, vê a magnitude dos portos de Laguna e Tijucas que são por volta de cinco vezes maiores em quantidade de embarcações do que o porto de Itajaí.

Quadro 4. Número de embarcações em 1871.

MUNICÍPIO	Nº DE EMBARCAÇÕES 1871	PORCENTAGEM
LAGUNA	77	34,22%
TIJUCAS	67	29,78%
BARRA VELHA	19	8,44%
CAMBORIÚ	17	7,56%
GAROPABA	17	7,56%
ITAJAÍ	14	6,22%
SÃO FRANCISCO	14	6,22%

Fonte: Piazza, 1998, p.166.

De 1871 a 1873, em um hiato pequeno, vê-se uma grande diferença entre os portos de Itajaí e Laguna. Possivelmente, este número não se deve ao crescimento exponencial do porto de Itajaí, e sim a qualidade das embarcações. Os dados expostos pelo professor Piazza (1998) não utilizam a mesma medida. O número de embarcações das vilas não necessariamente indica somente comércio, podem indicar que são barcos relacionados à pesca. Assim, seria de se imaginar que Laguna teria um número mais expressivo que Itajaí, dado que a pesca era produto de uma economia de subsistência ainda latente e para uma população ainda maior do que a de Itajaí. Entretanto, o porto de Itajaí em 1873 já aparece mais ligado ao comércio, fator que é superior a Laguna sob esta lente. Reiterando a importância do porto de Laguna no século XIX, pode-se lembrar facilmente que foi utilizado para escoar a produção durante a Revolta Farroupilha e da República Juliana.

A característica de cidade-porto está visível ao longo da história econômica de Itajaí e se mantém até os dias de hoje, obviamente, com algumas transformações devido a tecnologia e a construção das estradas ligando o interior, ao invés da ligação fluvial. O projeto político de 1835, que visava aumentar a demografia da área e colocar o porto de Itajaí como potencializador, começa a dar resultados surpreendentes e será a espinha

dorsal da economia local. A continuidade da espinha dorsal econômica de Itajaí não será a única continuidade que haverá. Porém, dado este projeto nacional para a região, como se dará a formação da elite política ao redor do porto?

Como já foi visto no quadro 1, a demografia não somente ocasionou uma transformação no desenvolvimento regional da economia, mas também serviu para que mais eleitores reproduzissem de maneira estadual suas escolhas locais. Ou seja, o incremento populacional do Vale do Itajaí e o recrudescimento das elites locais tiveram um acréscimo frente às outras regiões do estado. Estas são as elites que também estiveram mais inseridas num contexto inicial de criação de um capital a partir da venda dos excedentes e da comercialização de cabotagem que incrementaram as economias regionais com investimento em pequenas fábricas. Ou seja, a formação das elites empresariais.

O capital de pequenas indústrias de engenho e do comércio foi o início da acumulação e paulatina transferência do capital agrícola para o setor industrial. Lentamente, cria-se a pulverização dos setores oriundos dos pequenos proprietários que começam a se tornar os grandes empresários na região. Nas palavras de Goularti (2002, p.70): “é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense”.

No recorte que a pesquisa se propõe e se debruçando mais sobre o assunto, Goularti (2002) divide as exportações do porto de Itajaí em três períodos. O primeiro recorte temporal proposto vai de 1880 à 1934, o qual o economista coloca a alcunha de “porto da colonização”. O segundo período, de 1934 à 1966, foi a fase de exportação de madeira. Já o declínio da exportação de madeira e início da containerização, marcou o terceiro período, que foi de 1966 a 1975.

As exportações catarinenses no período de 1895 até 1940 são mostradas abaixo (Quadro 4). É possível perceber melhor os motivos para os dois primeiros recortes econômicos.

Quadro 5. Exportações de Santa Catarina em porcentagem durante os anos de 1895 a 1940

ANOS	ERVA MATE	MADEIRA	ALIMENTOS	CEREAIS	TECIDO	SOMA	OUTROS
1895	28,2%	8,2%	15,1%	27,2%	0,0%	78,7%	21,3%

1900	31,8%	4,2%	21,9%	25,2%	1,0%	84,1%	15,9%
1905	24,6%	9,2%	21,4%	19,0%	2,3%	76,5%	23,5%
1910	18,7%	9,1%	41,5%	14,2%	0,0%	83,5%	16,5%
1915	6,9%	2,3%	19,5%	32,1%	6,2%	67,0%	33,0%
1920	13,2%	10,0%	14,4%	13,8%	5,7%	57,1%	42,9%
1925	8,3%	13,6%	18,8%	22,3%	9,5%	72,5%	27,5%
1930	16,2%	15,1%	20,2%	13,8%	8,5%	73,8%	26,2%
1935	4,2%	16,0%	22,9%	15,5%	11,3%	69,9%	30,1%
1940	3,3%	24,8%	10,4%	10,8%	17,4%	66,7%	33,3%

Fonte: Quadro retirado de GOULARTI, 2002.

As exportações e a integração com o porto, obviamente, refletem a dinâmica da economia do estado nos períodos. No levantamento de Goularti (2002) fica visível a sua compreensão de colocar um recorte do final do XIX e até meados da década de 1930 como o momento em que o foco principal são as lavouras para o abastecimento dos demais grandes centros urbanos. Somente em 1940 houve a transformação de uma exportação de gêneros alimentícios para uma economia de extração e de produção têxtil de fato.

A madeira foi o principal símbolo da ligação da Serra com o Vale do Itajaí. Enquanto o ciclo da araucária teve seu declínio acentuado a partir da década de 1930 na região Oeste, a Serra passou a ser o local de extração por excelência da madeira. Somente aí, parece haver uma integração entre as regiões de Santa Catarina. Pois até então, todos os portos tinham uma especialidade de acordo com o seu interior. Laguna e Imbituba escoavam a produção de carvão, tendo forte presença no final do XIX. A produção agrícola de Joinville e Rio Negro era escoada pelo porto de São Francisco. O Oeste extraía a madeira e exportava via estradas férreas ou pelos afluentes do Rio Paraná.

Neste momento, Itajaí começou a se colocar à frente dos demais portos no estado. As obras para aumentar a largura do canal contra o assoreamento e a capacidade de atracar uma maior quantidade de navios ocorreram ao longo da história, especificamente, em 1896, entre os anos de 1907 e 1916 e em 1926 passando por um novo projeto de porto. O valor da reconstrução de 1926, 3.307.465\$500 réis, pode ser comparado somente com o despendido para a criação do povoamento de Brusque. Este gasto curiosamente se deu no ano da eleição de um tal Adolfo Konder. Em outubro de 1930, a obra de reconstrução foi paralisada devido a investigações sobre possíveis

desvios de verbas. Período também que Konder foi destituído do cargo, tal como Washington Luiz. Grandes coincidências que poderiam chamar a atenção de algum estudioso que duvidasse da capacidade somente herdada de genes e da cultura laboriosa para se consagrar num cenário político. Um mundo estreito entre elites políticas e econômicas utilizando do Estado para promover políticas próprias aos seus interesses.

Pode-se resumir que o período em que o PRC esteve à frente da política catarinense teve investimento pesado no porto de Itajaí. Investimento que, depois de sua hegemonia em relação ao desenvolvimento dos demais portos, geraram uma integração com as demais regiões.

CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO DAS ELITES DE ITAJAÍ

Após uma breve introdução sobre o nascimento da economia catarinense, este capítulo pretende mostrar como se formaram as elites empresariais de Itajaí, quem eram estes sujeitos e como algumas alianças empresariais e familiares foram construídas.

Para descrever a formação das elites de Itajaí não podemos utilizar o conceito de coronelismo. Pois, como já visto anteriormente no capítulo dois, o coronelismo está ligado à posse da terra, de um grupo paramilitar e dos empregos nas cidades interioranas. Esta ideia poderia caber a Drummond e a Flores, mas não aos demais sujeitos pertencentes. Elas não pertenciam a uma pequena aristocracia ligada ao poder que o latifúndio os confere, mas são capitalistas mercantis. E tampouco caberia o conceito de fidalgo-mercantil uma vez que as elites em Itajaí não procuram comprar títulos, terras e escravos com a ideia de se utilizar de símbolos aristocráticos para a ascensão política. A elite local se via como burgueses que utilizam de sua posição para criar o clientelismo. E, como burgueses preferem criar uma imagem de si ligada a uma vitória heroica no jogo da meritocracia.

Como foi falado, o fluxo de capital no Segundo Reinado e no início da República Velha era baixíssimo. E um possível nome para chegar a apoteose foi o capital investido por Fernando Hackradt (um dos responsáveis também pela viabilidade financeira e comercial da empresa Hoepcke, com sede em Florianópolis) que auxiliou Markus Konder (o sênior) e Carlos Renaux. Estes ramos empresariais que tiveram destaque consecutivamente em Itajaí e Brusque são externos e foram fruto da sua relação com Hackradt. Ele é quem abre um espaço de comunicação entre estas elites regionais e os burgueses importadores e exportadores no mundo germanófilo. Logo, Konder, Renaux e Hoepcke se aproveitam dos conhecimentos de Hackradt e de seu incentivo financeiro e se lançam ao mesmo ramo de atividade mercantil.

4.1 POR UMA ECONOMIA POLÍTICA

O Estado não está, de forma alguma, solto da sociedade, do mesmo modo que a sociedade não está dispersa das elites. Ressalta-se que a economia não é livre, ela passa por sujeitos que, dentre inúmeros projetos de sociedade, escolhem os percursos que ela tomará. Obviamente fatores sociais, geográficos e de capacidade comercial estão

imbricados nesta escolha. Aqui une-se as pontas entre a formação econômica, as elites econômicas e o poder.

A união entre sociedade e economia é, às vezes, escamoteada pelas ideias burguesas. As elites, sobretudo as econômicas, se escondem atrás do conceito de merecimento baseado no *self-made man*. E também não somente este anseio burguês de se colocar como a elite econômica apoteótica. Estes sujeitos se veem como o símbolo da civilização, que de modo mais local se deu através de um grupo seletivo ligado ao pangermanismo no inculto trópico.

Se decisões tomadas na esfera pública beneficiaram a esfera da produção e da circulação, e se na esfera da produção e acumulação beneficiaram-se os envolvidos numa rede de solidariedade, o controle do poder econômico também ficaria restrito a este grupo (BARRETO, 2003, p. 164).

As concessões políticas de envio de verbas públicas para o incremento das empresas familiares de Itajaí podem ser percebidas por alguns projetos de modernização no Vale do Itajaí durante a República Velha. O anseio das elites econômicas do Vale de Itajaí pela transformação modernizadora pode ser ilustrado pela construção da Usina Gaspar Alto em 1915, que seria a maior responsável pela geração de energia elétrica na região. A idealização do projeto foi de Pedro Cristiano Feddersen, com ajuda de capital externo das empresas Bromberg, Hacker e Cia de São Paulo. A empresa foi posteriormente comprada pela Força e Luz de Santa Catarina, que contava em sua lista de acionistas com nomes conhecidos de Itajaí, a saber: Bornhausen, Konder, Hering e Renaux. Além da aliança para fornecimento de energia, houve também o projeto, em 1905, de ligar Blumenau ao porto de Itajaí por linhas férreas. O trem ligando as duas cidades foi finalizado em 1935. No entanto, o maior projeto férreo da ligação nunca foi concretizado, que deveria conectar o Planalto Serrano ao porto de Itajaí.

Apesar de se tratar de uma pesquisa voltada para Itajaí, não se pode olvidar as relações das elites de lá com as demais do Vale. As alianças entre as elites econômicas de Itajaí com as de Blumenau e as Brusque serão vistas adiante, porém, pode se antecipar que as construções das vilas foram pensadas dentro de um mesmo projeto e, não acidentalmente, as promoções de vila para comarca serão todas temporalmente próximas. O projeto inicial do Império se prolongou pelas próprias elites econômicas, pelas alianças comerciais e pela ideia de pangermanismo.

A formação das elites econômicas e políticas em Itajaí se deram por razões étnicas, comerciais e por indicação destes sujeitos. Afinal, Hackradt, Asseburg, Malburg foram os primeiros a ascenderem – principalmente por conseguirem atrair capital estrangeiro da antiga pátria – e que ajudarão outros da região como Heusi e Konder a se destacarem no comércio de cabotagem e transatlântico. Essas relações serão melhor abordadas a seguir. Aqui somente se esboçou por meio de um exemplo palpável como a economia não é livre, mas feita de jogadores com cartas marcadas.

4.2 AS EMPRESAS DE ITAJAÍ (1890-1949)

A partir dos documentos analisados, foi possível ver quais eram as famílias que participavam em algum nível das elites empresariais e também verificar os centros gravitacionais da economia de Itajaí. Ter acesso aos donos das empresas e aos ramos familiares através dos jornais não foi uma tarefa árdua, já que os sobrenomes e comércio parecem *pari passu* – seja pelo nome dado a empresa ou pela ênfase dada na propaganda ao sobrenomes dos envolvidos.

É importante ressaltar sobre a utilização dos jornais, que em sua maioria funcionam como uma empresa que tem um corpo editorial e que almeja o lucro – seja oriundo do capital financeiro ou político. Em ao menos um deles foi possível ver a relação com a família Konder. O “Novidades” era propriedade de Marcos Konder e Tibúrcio Freitas. O periódico foi fundado em 1904 e em 1907 Marcos Konder assumiu o cargo de vereador em Itajaí. A imprensa serviu aos propósitos para expor os Konder como agentes políticos. Além da esfera comercial, o jornal potenciava o capital financeiro e o capital político. Nele haviam notícias com a impressão política dos Konder (filiados ao Partido Republicano de Santa Catarina), notícias do cotidiano burguês da região e publicidades comerciais. O periódico também é um importante veículo das reciprocidades das famílias de Itajaí, reafirma os elos entre os grandes comerciantes e industriais da região. Eram feitas publicidades de outras cidades ao longo do rio Itajaí e veiculados em língua alemã, visando restringir ou facilitar o comércio com falantes do idioma estrangeiro – uma comunhão pangermânica.

4.2.1 As empresas nos jornais de Itajaí na República Velha

Para deixar de forma mais prática a visualização das empresas e dos nomes por trás delas nas propagandas nos jornais, preferiu-se criar alguns quadros antes de abordar as biografias e os ramos familiares.

Como recorte cronológico, respeitou-se os períodos traçados por Goularti (2002) sobre a história econômica de Itajaí. Afinal, se estamos falando de uma elite empresarial, ela está sobretudo atrelada à formação econômica e seus movimentos. Sendo assim, optou-se por ter quadros seguindo os períodos históricos do Brasil. Tem-se cronologicamente os quadros dos proprietários e o setor de atuação 1) do momento da formação da cidade até o final da República Velha, 2) durante a Era Vargas, 3) durante a Segunda República, 4) durante a ditadura civil-militar.

Quadro 6. Jornais da República Velha entre 1892 a 1924.

ANO	JORNAL	PROPRIETÁRIO DA EMPRESA ANUNCIANTE	RAMO DA EMPRESA
1892	Gazeta do Itajaí	Marcos Konder	Importadora/Exportadora
1892	Gazeta do Itajaí	Marcos Konder	Venda de ações da empresa Esperança Marítima
1899	O Progresso	Adolfo Konder	Armazém
1899	O Progresso	Bauer	Fábrica de cerveja e água gasosa
1899	O Progresso	Adolfo Konder	Armarinho de fazenda
1899	O Progresso	Reis & Bauer	Farinha de trigo
1899	O Progresso	Jacob Heusi	Hotel Helvetia
1899	O Progresso	Jacob Heusi	Alfaiataria
1899	O Progresso	Nilcanor S. Heusi	Medição e projetos de casa
1904	O Novidades	Asseburg	Importadora/Exportadora
1904	O Novidades	Carlos Renaux	Importadora/Exportadora
1904	O Novidades	Asseburg	Serraria
1904	O Novidades	Tzaschel	Artigos de fazenda e roupas
1906	O Novidades	Heitor Liberato	Farmácia
1918	O Comércio	Heitor Liberato	Farmácia
1918	O Comércio	Casa Reis	Roupas e calçados
1918	O Comércio	Asseburg	Peças de automóveis
1918	O Comércio	Udo Heusi	Secos e molhados

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro acima ganha novos contornos quando comparado aos nomes envolvidos na política da cidade e do estado. Somente assim, conseguirá se perceber a influência que as elites empresariais de Itajaí tinham sobre a política da cidade, o poder e o seu alcance no cotidiano.

Quadro 7. Vereadores em Itajaí no Segundo Reinado.

Período	Câmara de Vereadores
1890	Emanoel Pereira Liberato
	Pedro Ferreira e Silva
	Geraldo Pereira Gonçalves
	Manoel Antônio Fontes
	João Pinto d' Amaral
	Jacob Heusi
	Olímpio Aniceto da Cunha
1892	Antônio Pereira Liberato
	José Gabriel Pinheiro
	Benjamim Carvoliva
	Antônio Luiz de Souza Bela Cruz
	Manoel Gonçalves Pereira
	Carlos Fredeirico Seára
	José Felipe Geraldo
1894	Antônio Pereira Liberato
	Pe. João Rodrigues de Almeida
	Joaquim José Rodrigues
	Antônio Ignácio da Silva
	Manoel Gonçalves da Luz
	Lázaro José Rebelo
	Samuel Heusi
	José Lopes Ferreira Junior
1894	Antônio dos Santos Cardoso
	Frederico Augusto Luiz Thieme
	Júlio Kumm
	Lourenço de Souza Rochadel
	Manoel Francisco da Costa
	Olímpio Aniceto da Cunha
1895-1898	Antônio Cardoso Sacavem
	Felipe Heil
	Frederico Augusto Luiz Thieme
	Júlio Kumm
	Lourenço de Souza Rochadel

	Manoel Francisco da Costa
	Olímpio Aniceto da Cunha
1899-1903	Antônio Cardoso Sacavem
	Antônio Ignácio da Silva
	Frederico Augusto Luiz Thieme
	Júlio Kumm
	Lourenço de Souza Rochadel
	Olivério Vieira de Souza Júnior
	Samuel Heusi
1903-1907	Antônio Cardoso Sacavem
	Guilherme Müller
	João Bauer Júnior
	Lorenço de Souza Rochadel
	Marcos Antônio da Cunha
	Nicolau Malburg (Filho)
	Samuel Heusi
1907-1911	Antônio Cardoso Sacavem
	Félix Busso Asseburg
	João Bauer Júnior
	Júlio Kumm
	Marcos Antônio da Cunha
	Marcos Konder
	Pedro Ferreira e Silva
1911-1915	Alcebiádes Octaviano Seára
	Alexandre Guilherme Figueiredo
	Félix Busso Asseburg
	Francisco Teixeira Gonçalves
	João Bauer Júnior
	José Pinto d' Amaral
	Samuel Heusi
1915-1919	Francisco Teixeira Gonçalves
	Jorge Tzaschel
	José Pinto d' Amaral
	Marcos Gustavo Heusi
	Melquiorretto Constante
	Nilo Bacelar
	Umbelino Damásio de Brito
1919-1923	Alexandre Guilherme de Figueiredo
	Bernardo Wust
	Carlos Frederico Seára Júnior
	Félix Busso Asseburg
	José Eugênio Müller

	Marcos Gustavo Heusi
	Umbelino Damásio de Brito
1923-1927	Carlos Frederico Seára Júnior
	Franklim Máximo Pereira
	Gabriel Antônio da Cunha
	Irineu Bornhausen
	Joaquim Pinto Ferreira
	Juvêncio Tavares d' Amaral
	Leopoldo Hess

Fonte: Elaborado pelo autor.

Até o final da República Velha, Itajaí já detinha três famílias que aparecem nas publicidades ligadas a serviços de logística: Konder, Asseburg e Bauer. No comércio havia as famílias: Konder, Heusi, Tzaschel, Liberato, Asseburg, Reis, Bauer e Malburg. Em serviço de transformação como engenhos, ferragens e serraria temos as famílias Reis e Bauer, Asseburg e Heusi. Fábrica tem-se somente a cervejaria da família Bauer. Outro fato importante é o hotel da família Heusi, uma vez que, já em 1899, a cidade começava a receber comerciantes a ponto de demandar a estrutura de um hotel.

Quadro 08. Jornais da República Velha entre 1921 a 1924.

ANO	JORNAL	PROPRIETÁRIO DA EMPRESA ANUNCIANTE	RAMO DA EMPRESA
1921	O Novidades	Jacob Bauer	Bar, campo esportivo
1921	O Novidades	Jacob Bauer	Aluguel de carros
1921	O Novidades	João Bauer Júnior	Importadora/Exportadora
1921	O Novidades	João Bauer Júnior	Mercado
1921	O Novidades	Konder	Importadora/Exportadora
1921	O Novidades	Marcos Gustavo Heusi	Casa de ferragens
1921	O Novidades	Pedro Bauer	Venda de arenques
1921	O Novidades	Samuel Heusi	Secos e molhados
1924	O Comércio	Bauer	Lâmpadas
1924	O Comércio	Malburg	Lâmpadas
1924	O Comércio	Malburg	Querosene e gasolina

Fonte: Elaborado pelo autor.

No quadro 10, é possível analisar a listagem das empresas entre os anos de 1892 a 1924 que serviram para inserir Itajaí na economia de mercado. A foz do rio voltada para uma economia social de trocas sem moeda ou sem a dimensão do lucro burguês foi deixada para trás. Foram os comerciantes que levaram Itajaí de uma economia social para a economia de mercado. Os mercadores são os propulsores dessa nova forma de lidar com a economia e que a fazem alcançar novas fronteiras espaciais; são agentes inerentes ao capitalismo e que o dinamizaram, sobretudo quando suas riquezas alcançaram o patamar de criar um pulverizador próprio do crédito. Esta burguesia de Itajaí foi responsável pelo processo modernizador e capitalista, o comércio encurta e alcança novos locais para a economia de mercado do mesmo modo que o crédito fomenta, envolvendo um número ainda maior de indivíduos em suas tramas. Entre o final do século XIX e metade do século XX, vemos o capitalismo de mercado nascer e se fortalecer em Itajaí. Se no âmbito econômico foram revolucionários para acabar com a economia, estes sujeitos não foram tão revolucionários na forma de fazer política. O lucro e a manutenção do Estado burguês foram as bases do projeto político destes sujeitos.

4.3 AS ELITES E SUAS FORÇAS CENTRÍPETAS

As elites em Itajaí por vezes estão relacionadas pelo comércio, por casamento, ou ambos. Paulatinamente se criou um grupo pequeno de empresários e políticos que passaram a se reproduzir socialmente dentro de suas próprias fileiras. Desta forma se percebe como alguns sujeitos transitaram ao redor da latente elite antes de pertencerem a ela.

Ao observar os quadros do subcapítulo anterior, pode-se tirar antecipadamente algumas informações. A presença constante de alguns nomes e, sobretudo, sobrenomes auxiliam a compreender a formação econômica e política de Itajaí. Durante a República Velha vê-se alguns nomes mais proeminentes e que se inserem neste jogo das elites como forças centrípetas locais, principalmente Asseburg e Konder. Entretanto, vê-se também famílias como: Liberato, Flores, Malburg, Asseburg, Heusi, Seára e Konder.

Quadro 09. Prefeitos da cidade de Itajaí.

PERÍODO	PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
1891-1892	Eugênio Luiz Müller

1892-1894	Antônio Pereira Liberato
1894-1895	Samuel Heusi
1895-1911	Pedro Ferreira e Silva
1911-1915	Jorge Frederico Tzaschel
1915-1930	Marcos Konder
1930	Ten. Antônio Quintas Maia
1930-1933	Adolfo Germano de Andrade
1932-1933	Alberto Pedro Werner
1933-1936	Arno Bauer
1936-1939	Irineu Bornhausen
1937-1939	Arnaldo José de Oliveira
1939-1945	Francisco de Almeida

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tratando-se de uma das famílias que aparecem com maior frequência, os Liberato estiveram presentes no Segundo Reinado, e por participarem da Revolução Federalista, só voltaram à cena política após a Revolução de 1930. Porém, são mencionados por Konder e Silveira no Anuário de 1949 como uma das primeiras famílias a fazer comércio a veleiro, o lugre Almirante (KONDER, 1949, p.146).

Flores aparecem somente no Segundo Reinado – aglutinado pela família Konder. Os Malburg estavam presentes durante o período de Dom Pedro II e a República Velha, sem aparecer durante a Era Vargas, voltando somente em 1951. Os Asseburg estavam presentes no Segundo Reinado e na República Velha.

Entre as famílias descritas acima, duas famílias aparecem entre as elites de Itajaí como forças centrípetas das elites políticas e econômicas. Asseburg e Konder podem representar estas famílias. Os Asseburg tiveram uma relação comercial com a família Müller, auxiliando a inserção deles na vida comercial de Itajaí. Do mesmo modo, a família Konder terá uma relação comercial com a família Malburg e matrimonial com a família Flores. Estes dois casos serão melhor abordados nas próximas linhas.

4.3.1 Família Asseburg e sua força centrípeta

A família Asseburg é um nome representante do comércio no século XIX em Itajaí e agregador de outros sujeitos pertencentes às elites locais. Guilherme Asseburg (1845-1904) ocupava, apesar de ser estrangeiro, em 1874 o cargo de

Tenente-Quartel-Mestre no 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Itajaí(PIAZZA, 1985).

Os estudos de Guilherme Asseburg foram ministrados por Leopoldo Fernando Hoeschl, chegando em 1868 em Itajaí e financiado por Nicolau Asseburg, o patriarca da família. Hoeschl, após ministrar aulas e trabalhar com Nicolau Asseburg em sua empresa, se dedica ao comércio entre Itajaí e Florianópolis, seguindo o mesmo ramo da família Asseburg, a cabotagem. *Pari passu* segue a carreira política na câmara municipal de Blumenau de 1887 a 1889, se torna cônsul do Império Austro-Húngaro em Blumenau de 1904-1918 – já que ele era natural da região da Galizia. Disso se tira a dimensão do capital financeiro e político da família Asseburg durante este período. Ela não só mantinha relações comerciais com Florianópolis, mas também se inseriu na política de Blumenau e do Império Austro-Húngaro através de Hoeschl. Além das relações comerciais com Hoeschl, a família Asseburg se associou com a família Bauer no comércio de importação e exportação - sendo estas uma das primeiras famílias a se assentar no porto de Itajaí.

A família Asseburg, no entanto, não transforma seu capital financeiro em capital político tão rápido como os Heusi, ela demora a entrar na política. Somente nas eleições de 1907 e 1911, quando há uma renovação geracional dos sujeitos à frente da Câmara de Itajaí que ela aparece. Nomes como Félix Busso Asseburg e Marcos Konder aparecem, ao mesmo tempo que outros somem, tais como: Samuel Heusi e Nicolau Malburg. Novos nomes na política local para se juntar ao ideário conservador local. Felix Asseburg, além de ser o primeiro político da família, também se valeu do cargo para a inovação da eletricidade trazida para Itajaí através da empresa em que ele próprio atuava junto de Max Puetter. Sua carreira na política itajaiense durou alguns anos na República Velha, sendo eleito em 1907, 1911 e 1919.

Entre outros sujeitos que participaram da elite econômica de Itajaí e que tiveram contato direto com Asseburg, está Luís Abry, primo de Felix Asseburg. Juntos trabalhavam no comércio de cabotagem rio a dentro e mar a fora. Em 1899, ele se mudou para Blumenau e seguiu na indústria ervateira. Foi o representante da Cia Colonizadora Hanseática e da construtora da Estrada de Ferro Blumenau-Hamônia. Entre outros cargos, foi deputado estadual por seis vezes entre os anos de 1894 a 1921(PIAZZA, 1985).

Há também uma relação entre os Asseburg e a família Müller. Antes, e somente para retomar a tela da República Velha, fez-se uma tabela com os governadores eleitos

durante o período nascidos em Itajaí. Nele será possível ver a importância da família Müller e Konder.

Quadro 10. Governadores eleitos de Santa Catarina oriundos da cidade de Itajaí durante a República Velha.

PERÍODO	GOVERNADOR
1889	Lauro Müller
1891	Lauro Müller
1902	Lauro Müller
1922	Lauro Müller
1926	Adolpho Konder ¹²

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como representantes da ascensão dos Müller, tem-se Lauro e Eugênio. Lauro Severiano Müller nasceu em 1863, na recém vila de Itajaí, filho de Pedro Müller e Ana Maria Michels. Após os estudos primários em Itajaí, ingressou na Escola Militar em 1882. Em 1885, exerceu o cargo de alferes e de segundo tenente em 1889. Pela sua carreira no exército, foi indicado por Benjamin Constant e Antônio Justiniano Esteves Júnior para governador do estado de Santa Catarina ainda em 1890, sendo deposto em 1891. Concomitante a seus cargos políticos, Müller prosseguiu na burocracia estatal. Eleito duas vezes seguidas deputado federal para os mandatos de 1894 e 1897, foi promovido a major em 1900. Foi eleito senador duas vezes consecutivas nos anos de 1900 e 1908, entregando o cargo em 1906 para assumir a pasta de Viação e Obras Públicas, e promovido a tenente-coronel em 1906. Eleito senador em 1912, abdicando e assumindo a pasta de Ministro das Relações Exteriores, e promovido a coronel no mesmo ano. Em 1914 foi promovido novamente, agora a general de brigada. E, por último, foi reeleito senador em 1921, vindo a falecer antes de completar seu mandato em 1926.

Eugênio Luís Müller (1856-1936) teve sua carreira em Itajaí como advogado. Em 1897 estabelece seu tabelionato de termos e posteriormente atua na Lloyd Brasileira junto com seu filho – José Eugênio Müller. Seu primeiro cargo político como deputado estadual foi em 1907, se reelegendo em 1910, mas renunciou para assumir o cargo de vice-governador do estado no mandato de Vidal Ramos (1910-1914). Em 1915,

¹²Lauro Müller renunciou na posse em prol de Hercílio Pedro da Luz.

retornou para mais dois mandatos consecutivos como deputado federal até 1920. Em 1921 abriu seu tabelionato no Distrito Federal (Rio de Janeiro).

A relação entre Asseburg e Müller se deu por uma aproximação de compadrios. José Eugênio Müller, filho de Eugênio Luís Müller e sobrinho de Lauro Müller, nasceu no ano de 1889 na cidade de Itajaí, após os estudos primários conseguiu seu primeiro emprego na Asseburg & Cia. Em 1908 trabalhou com seu pai na Lloyd Brasileiro (empresa de seguros para o comércio e serviços marítimos). Foi eleito vereador em 1919 e participou da Revolução de 1930. Posteriormente virou Tabelião de 14º Ofício da Capital (ainda Rio de Janeiro) e de, 1947 a 1955, iniciou sua carreira política na Guanabara como prefeito de Nova Friburgo. Em 1957 se elegeu deputado federal pelo estado da Guanabara enquanto exercia o cargo de presidente do Banco do Rio de Janeiro (PIAZZA, 1985).

A ligação entre a família Asseburg e a família Müller é importante para exemplificar a possibilidade das elites políticas e econômicas não figurarem sempre juntas. A família Asseburg não foi expoente na política de Itajaí, assim como a família Müller não foi expoente na indústria e comércio – sendo ligada mais aos cargos burocráticos do estado. Entretanto, a família Asseburg pode ser vista como uma força centrípeta para a ascensão social e também das relações políticas de Itajaí, oriunda de suas relações com os Müller.

Dessa forma, vemos que a família Müller e a família Asseburg tiveram trajetórias diferentes na formação do seu capital financeiro e no seu capital político. Enquanto os Müller exerceram suas funções a partir das fileiras do exército e da advocacia e ascenderam aos cargos a nível federal; por outro lado, vê-se os Asseburg permanecendo com seu capital provindo do comércio e indústria, permanecendo na política municipal.

4.3.2 Família Konder e sua força centrípeta na República Velha

A segunda família a formar uma força centrípeta na sociedade itajaiense foi a família Konder. Eles foram uma das principais famílias a se assentar no porto e desde o início criaram alianças comerciais para se fortalecer. Portanto, ainda no início da República Velha tiveram acesso a cargos políticos. Inclusive, foi a partir dos Konder que a família Bornhausen - desde a virada do século participando do comércio de

cabotagem - teve acesso ao cenário político na região. Essa reunião redundou na criação de nomes batidos na política da ARENA, seja regional ou nacional.

A família Konder tem sua trajetória em Itajaí iniciada pela vinda de Markus Konder (também chamado de Marcos Konder sênior), de origem da região de Langen (atual Alemanha). Curiosamente ele tem uma trajetória semelhante a Hoeschl. Markus foi contratado para ser professor dos filhos de Nicolau Malburg, também atuou no comércio de Malburg e, posteriormente, assumiu a direção geral da empresa. Entre os filhos mais conhecidos de Nicolau Malburg estão Nicolau Malburg Filho e Bruno Fernando Malburg (nascido em Itajaí no ano de 1872), sendo este último, pai de Félix Nicolau Malburg (nascido em Itajaí no ano de 1903) e de José Bonifácio Malburg (nascido em Itajaí no ano de 1915). Assim como Markus Konder, surge na lista de funcionários da Malburg, o mesmo ocorreu com Hermann Weege. Nascido em Blumenau no ano de 1877 e filho de Carl Weege e Augusta Gruetzmacher, que aos 14 anos de idade foi para Itajaí trabalhar no comércio da família Malburg. Anos após trabalhar no comércio de Malburg retornou para Blumenau onde foi eleito vereador três vezes consecutivas em 1911, 1915, 1919 e 1923, sendo eleito deputado em 1927, cumprindo até a Revolução de 1930. Em 1939 abre a Indústria e Comércio Weege S/A, porém antes já havia aberto a fábrica de gelo e laticínios, em 1919, e uma manufatura de chapéus em 1925. A família Malburg serviu como incubadora de duas famílias que se tornaram importantes aliados comerciais e políticos - Konder e Weege.

A própria presença da família Malburg na política de Itajaí é percebida basicamente durante um século. Nicolau Malburg (pai) apareceu no cargo de vereador em 1865, na segunda eleição da comarca, e foi reeleito em 1869. Voltou ao cargo de vereador em 1887. Nicolau Malburg (filho) foi vereador em 1903. Em 1951, José Bonifácio Malburg – médico – também aparece como vereador. A trajetória política dos Malburg é um pouco mais escassa se compararmos com a família Konder.

Após trabalhar por quatro anos para Nicolau Malburg, Markus Konder havia juntado dinheiro para estabelecer seu próprio comércio de cabotagem em Itajaí. No mesmo período, em 1877, se casou com Adelaide Flores, filha do Coronel José Henrique Flores, grande proprietário de terras em Itajaí, tendo se estabelecido na cidade em 1835, período pouco posterior a Antônio Vasconcelos Drumond. Este, por sua vez, nasceu em 1794 e teria vindo em 1819 fundar uma colonização de extração (madeira para cabotagem) e agricultura de subsistência em Itajaí a mando do governo de D. João VI. Porém, em dois anos Drumond já teria voltado para as cortes no Rio de Janeiro.

José Henrique Flores, além da patente de coronel, também recebeu uma gleba de terra que compreendia os limites da posterior comarca de Itajaí até os limites do que se tornaria a comarca de Blumenau. Em 1859, foi uma das vozes para a criação da comarca de Itajaí e ocupou o cargo de vereador entre os anos de 1865 a 1877. Uma figura importante pelas suas posses e por seus cargos políticos, sendo provavelmente o maior escravocrata entre as paróquias de Itajaí, utilizando os escravos em seus engenhos de mandioca. O declínio econômico da família foi marcado pela venda de parte das suas terras em 1871 para os imigrantes. Dos seus oito filhos, dois são mais conhecidos na história de Santa Catarina, uma em Itajaí e outra em Blumenau. José Henrique Flores Júnior e Adelaide Flores. Esta última casada com Marcos Konder e primeiro sendo o primeiro prefeito de Blumenau em 1883, falecido em 1891 aos 49 anos.

Do casamento entre Marcos Konder e Adelaide Flores resultaram 9 crianças, sendo que uma morreu ainda na infância. Entre eles vislumbram: Adolfo, Marcos e Victor Konder que foram figuras de importância dentro do PRC.

Adolfo, nascido em 1884 em Itajaí, se destaca já em 1918 por ocupar o cargo na secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura durante o governo de Hercílio Luz. Um detalhe importante é que este cargo já havia sido ocupado pelo próprio Hercílio Luz durante a Revolução Federalista de 1893-1894 e por Lauro Muller em 1906. Um cargo de prestígio à época por tratar da região de Blumenau e dos assentamentos europeus - isso ainda diante da política de branqueamento da nação. A cidade de Blumenau durante a Revolução Federalista foi decretada por Hercílio Luz - então secretário da pasta de Viação, Obras Públicas e Agricultura - como capital provisória aliada às tropas centralistas de Floriano Peixoto. Esta escolha não se deve somente ao fato da pasta ficar encarregada pelo assentamento dos imigrantes, mas já se deve à grandeza econômica e populacional. Portanto rondava sobre este cargo um peso maior de responsabilidade frente a Hercílio Luz e ao PRC.

Não por menos, a carreira política de Adolfo Konder se deu em uma legislatura estadual em 1921 e uma legislatura federal em 1924. Em 1926 foi eleito governador em Santa Catarina e reeleito para o mandato que começaria em 1930 - fato que não se concretizou pela Revolução e a sua afiliação ao PRC. Somente em um breve período, entre 1935-1937, ocupou o cargo de deputado federal. E com a democratização em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional em Santa Catarina junto a Aristiliano Ramos (PIAZZA, 1985).

Já seu irmão, Marcos Konder, nascido em 1882 em Itajaí, terminou os estudos em 1897 na escola Santo Antônio em São Paulo (renomada escola das elites paulistanas) e em 1898 com a morte do pai assume o comércio da família. Em 1904 ,funda o jornal “Novidades” que durou até 1921. Em 1907 foi eleito vereador e entre 1914 a 1930 foi reeleito prefeito do município em três oportunidades. Entre 1916-1921 foi eleito consecutivamente ao cargo de deputado estadual, retornando em 1925 e entre 1935-1937. Durante o período do Estado Novo ocupa o cargo de diretor na usina de açúcar Adelaide e se dedica aos estudos da história de Itajaí e de Santa Catarina (PIAZZA, 1985).

Por último, Victor Konder é o único irmão que não ocupa cargos políticos em Itajaí, se dedicando a Blumenau, eleito entre 1919 a 1927 consecutivamente a vereador – cidade que tinha cargo de prestígio entre as elites por advogar pela empresa Hering. Entre 1922-1926 ocupou a secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura, após seu irmão Adolfo. Em 1926 é convidado a ser ministro da pasta de Negócios da Viação e Obras Públicas no governo de Washington Luís. Ou seja, durante quase uma década a pasta foi dada a um representante da família Konder em Santa Catarina, e durante um tempo maior aos republicanos de Itajaí, sendo um lugar de alta importância, pois contava com grandes recursos e lidava com o centro mais populoso e com maior número de eleitores do estado. Victor, além de ocupar um dos cargos de maior prestígio no governo de Santa Catarina, foi também o responsável pela aliança matrimonial com os Ramos, casando-se com Ruth Ramos. Um elo entre as famílias Konder – com forte presença na República Velha – e a família Ramos – conhecida da política de Lages e com representatividade no governo de Santa Catarina na década de 1910 e na Era Vargas, incluindo um Vice Presidente da República, Nereu Ramos.

Em um curto retrospecto, pode-se dizer que, em um primeiro momento, a relação dos Konder com as famílias Flores e Malburg se mostrou mais frutífera do que com a família Bornhausen. Esta última, apesar de estar presente no comércio de cabotagem, não possuía muita representatividade política local até o início da segunda década do século passado, com o cargo de vereador. Assim como, somente em 1931 se viu alguma publicidade em seu nome, conforme abaixo.

Quadro 11. Jornal após Revolução Tenentista de 1931.

ANO	JORNAL	PROPRIETÁRIO	RAMO
		EMPRESA	

1931	O Libertador	Bornhausen	Despachante e Seguros
1931	O Libertador	Félix Malburg	Capitalização
1931	O Libertador	Paulo Malburg	Varejo de roupas masculinas

Fonte: Elaborado pelo autor.

As relações diretas entre Konder e Bornhausen se iniciaram com Irineu Bornhausen. Este nasceu em 1896, filho de João Bornhausen - fundador da empresa de comércio de cabotagem. Irineu foi despachante aduaneiro entre os anos de 1922 a 1932, concomitantemente com o cargo de vereador entre 1923 a 1930. Em 1930 disputou e venceu a eleição para prefeito de Itajaí, porém não assumiu o cargo dada a Revolução de 1930 e sua filiação ao Partido Republicano Catarinense. Porém, em 1935 assumiu a prefeitura de Itajaí. Se casou com Marieta Konder – filha de Markus Konder e cunhado de Adolfo, Marcos e Vitor – tendo como filhos Paulo Konder Bornhausen, nascido em 1929, e Jorge Konder Bornhausen, nascido em 1937.

A família Konder ainda tem mais dois casamentos com outras famílias representantes das elites econômicas de Itajaí. Elizabeth Konder e Evelina Konder. Elizabeth casou com Osvaldo dos Reis que, por sua vez, era filho do capitão José dos Reis – alcunha herdada da sociedade empresarial marítima com a família Bauer (KONDER e SILVEIRA, 1949, p.146). Tiveram como filho Antônio Carlos Konder Reis, nascido em 1925, que começou cedo sua carreira política. Ainda em 1947 foi eleito deputado estadual duas vezes consecutivas e renunciou em 1952 para exercer o cargo de chefe de gabinete do Ministério da Agricultura. Em 1955 foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e em 1957 foi convidado para Secretário da Fazenda. Em 1959 foi eleito senador pela UDN e participou da redação da constituição de 1967. Eleito senador novamente em 1971 pelo ARENA e governador do estado de Santa Catarina em 1975 pelo mesmo partido. Em 1994 foi eleito pela última vez para o cargo de senador por Santa Catarina. Já Evelina Konder casou com Alois Fleischmann e deu à luz a Walter Egon Konder Fleischmann (1912-1989), eleito pela UDN em 1955 como vereador em Itajaí.

4.4 OS HEUSI, OS LIBERATOS E FERREIRA SILVA

As famílias e sujeitos vistos até aqui foram os astros capazes de aglutinar e traçar durante um maior período as relações políticas e empresariais do núcleo de Itajaí.

Entretanto, outras elites políticas também gravitaram próximo a estes astros sem serem aglutinados.

Três destas famílias que tiveram maior impacto na política de Itajaí foram Heusi, Liberato e os Ferreira e Silva que, de maneira semelhante à família Müller, encontrou-se ligada mais à política que ao comércio.

José Pereira Liberato, nascido em 1828 em São Francisco do Sul, mudando-se para Itajaí em 1850, foi o primeiro presidente da comarca em 1861. Em 1879 foi oficializado pelo D. Pedro II como vice-presidente da província de Santa Catarina. Foi eleito novamente vereador em 1883, falecendo antes de terminar o mandato em 1885.

Emanuel Pereira Liberato nasceu em Itajaí (não foi possível encontrar o ano de nascimento e de morte), filho de José Pereira Liberato e Maria Cristina do Nascimento. Ele teve uma carreira política de rápida descendência. Em 1887 funda o Clube Federalista de Itajaí e, posteriormente, assume o cargo de deputado estadual entre 1892 a 1894 – data em que eclode a Revolução Federalista. Apesar de fazer parte de uma família da indústria serrista, esta escolha política foi decisiva no fim da sua trajetória política em Itajaí. Nos anos seguintes, entre 1882 e 1887, ele ocupou cargos na segurança pública da região, ora como delegado e ora como guarda nacional. Fazer parte da Revolução Federalista foi o suficiente para esvaziar seu capital político.

Heitor Pereira Liberato foi outro expoente da política de Itajaí, com o mesmo sobrenome, nascido em 1883, filho de Tarquínio Pereira Liberato e Leonor Tavares. Ele seguiu um rumo diferente de seu primo, Emanuel. Farmacêutico de profissão, ele surge somente como vereador entre os anos de 1927 e 1930 e, posteriormente, nos anos de 1936-1937, sendo eleito em 1947-1950 como deputado estadual. Uma carreira notoriamente no PRC interrompida pela Revolução de 1930 e pelo Estado Novo, voltando somente ao cenário político em um partido de origem varguista. Ele faleceu em Blumenau em 1964. Por assim dizer, a família, ainda que no meio comercial e industrial, sempre se colocou às vésperas ao lado político a ser derrotado. No final do XIX pelo lado Federalista, no PRC pouco antes da Revolução de 1930 e durante a metade do século XX pelo PSD. Ora federalista, ora republicana e ora varguista.

A família Heusi, assim como parte das elites econômicas e políticas de Itajaí, tem sua origem nos meios políticos durante o período do Segundo Reinado (início da vila e das comarcas), se mantendo reeleitos durante a República Velha e com uma acanhada presença na política até o final da Era Vargas. O até então proprietário da primeira fábrica de gelo em Itajaí é o primeiro Heusi eleito. Samuel Heusi (????-1911)

ganhou a cadeira para a Câmara de Itajaí em 1883, sendo reeleito em 1887 e voltando ao cargo em 1894. Posteriormente, assumiu a prefeitura de Itajaí durante a época da Revolução Federalista, com o afastamento de Antônio Pereira Liberato – segundo prefeito eleito em Itajaí. Antes de morrer, Samuel Heusi ainda foi eleito duas outras vezes vereador em 1907 e 1911, falecendo no primeiro ano de seu segundo mandato consecutivo. Seu filho Marcos Gustavo Heusi (1876-1947) foi eleito vereador duas vezes seguidas nas eleições seguintes à morte de seu pai, em 1915 e 1919. O último Heusi eleito vereador foi Nelson Seára Heusi (1901-????), filho de Marcos Gustavo Heusi e Ethelvina Seára, em 1955 pela UDN.

Heusi e Konder são as duas famílias que aparecem pelo maior período de tempo na política de Itajaí. Os Heusi aparecem no Segundo Reinado, com presença bastante marcante na República Velha. Durante a Era Vargas sua aparição na política local minguou, retornando somente em 1955 pela União Democrática Nacional. A família Konder aparece, ao contrário das famílias até aqui vistas, somente na República Velha, entretanto se elege constantemente como vereadores, prefeitos e governador. Como várias das famílias com presença no Segundo Reinado e na República Velha, os Konder também minguaram na Era Vargas. Porém, voltam com a mesma pompa da República Velha durante a Ditadura Civil Militar, elegendo governadores, senadores e deputados federais.

De certa forma, a família Heusi agregou outra família de renome local numa aliança comercial e política. Nelson Seára Heusi marcou pelo seu sobrenome a aliança das famílias Heusi e Seára e foi eleito no ano de 1955 como vereador de Itajaí. Sobre a família Seára pode-se dizer que teve uma representação pequena durante o Segundo Reinado com Carlos Fredeirico Seára eleito vereador somente entre 1892-1894. Durante a República Velha, sua aparição na política local melhora contando com o mandato de Alcebíades Octaviano Seára em 1911 e três mandatos de Carlos Frederico Seára Júnior, eleito recorrentemente para a Câmara de 1919 até a Revolução de 1930. Os sobrenomes Seára só reapareceram ao final da Era Vargas, em 1947, com a eleição de Carlos de Paula Seára e Carlos Afonso Seára eleitos em 1959.

Com um trajetória política bastante incomum para a região de Itajaí se encontra Pedro Ferreira e Silva (1867-1911). Ele se graduou em medicina na Bahia, local que também nasceu, mudando-se para Itajaí em 1884. Em 1890 foi eleito vereador em Itajaí, seis anos após sua chegada. Em 1895 se tornou prefeito de Itajaí, permanecendo no cargo até 1911 – ano em que faleceu. Apesar de ter participado

ativamente na política de Itajaí durante a República Velha, ele não deixou, aparentemente, um legado político de renome na cidade e no estado.

As trajetórias das elites políticas e empresariais nem sempre se dão ao mesmo passo. O caso de Ferreira e Silva foi praticamente o inverso da família Willerding, com capital financeiro e pouco capital político, mostrando que a relação de um determinado capital (político ou financeiro) não se reverbera nos demais.

Desta forma, foi possível verificar dois fatos a partir deste recorte: 1) a relação clientelista das elites políticas com o Partido Republicano Catarinense, fruto da política dos governadores (vulgo coronelismo). E 2) as formas que as famílias de Itajaí estabeleceram relações amistosas por via comerciais, de amizade e por laços matrimoniais. O leitor deve estar atento aos nomes para não confundir as gerações que tecem estas alianças, porém se pode antecipar que as elites econômicas e políticas de Itajaí construíram fortes laços, vistos nos seus comércios e alianças políticas. Este fato também foi percebido durante o Estado Novo, momento em que as elites comerciais de sobrenome estrangeiro se retiram do cenário político.

4.5 ESTADO NOVO E SEGUNDA REPÚBLICA: A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DE ITAJAÍ

As elites políticas e econômicas de Itajaí, vindouras do Segundo Reinado e da República Velha, perderam espaço político durante o Estado Novo. Seja para a câmara municipal, estadual, senado e governo, estes nomes comuns vistos até aqui não tiveram inserção na política catarinense. Asseburg, Malburg, Heusi, Konder, Bornhausen, Müller e Liberato não tiveram mais que uma passagem rápida ao longo das décadas de 1930 e 1940. Também deve-se notar o óbvio, há uma transformação na sociedade após a Revolução de 1930. Uma das transformações se insere na política dos governadores – o coronelismo – que cede ao poder estatal centralizador. Para isto, foi lançado mão de um projeto de transformação da burocracia estatal. Neste momento de ruptura são chamados novos atores para participar da burocracia e da política. Uma nova elite política alinhada com a ALN e ao tenentismo foram convocadas para preencher estas lacunas. Nasce daí um novo clientelismo ao redor da administração pública (CODATO, 2007).

Entre o voto censitário até o período que antecede o golpe civil-militar há uma grande diferença na noção de povo e política – sobretudo quem pode fazer política. Com o fim da escravidão, o Brasil entra num processo de ressignificar o trabalho

manual. Se antes era ligado ao pensamento aristocrata de desmerecimento, com o governo varguista esta forma elitista, ainda em voga em relação às classes subalternas, foi alterada com a ascensão do Estado Novo – período que vemos sumir dos quadros a maior parte da elite política de Itajaí. O operariado virou símbolo de progresso nacional e da indústria nascente, um agente social crucial para suprir os anos de atraso da República Velha agrária.

O Estado Novo vai paulatinamente inserindo os sujeitos de sindicatos na esfera política. Há um recrudescimento do Estado com as associações sindicais, começaram discursos voltados para estes sujeitos, iniciaram-se comemorações do dia do trabalho com São Januário e Pacaembu lotados, foram criados programas de rádio feitos pelo próprio Ministro do Trabalho - Machado Marcondes Filho - explicando o código de leis trabalhistas, criaram-se as vilas operárias e os grupos escolares em bairros operários. Vargas não somente tentou excluir as elites da República Velha, como também criou o pertencimento da política às mãos dos trabalhadores. Isto se dá pelos benefícios de seu trabalho braçal e por serem incentivados a reivindicar seus direitos trabalhistas – o lema Trabalho e Vigilância de 1942 de Marcondes Filho. A generosidade do pai dos pobres que lhes dava condição de sobrevivência e direitos sociais, foram esmerificadas no projeto da justiça social (GOMES, 2001). Disso, resultará a transformação dos ocupantes de cargos políticos no Brasil, seja por via de sindicalistas, modernistas, tenentistas e afiliados a ALN.

De fato, esta transformação é realçada pelas fotos que constam no anuário de 1949. Lá é possível ver fotografias das reuniões das elites políticas, porém com um recorte temporal bastante peculiar. São basicamente fotos deste grupo de homens: a primeira sendo tirada em 1910, a segunda em 1929 e as demais sendo dos eleitos em 1947, pela UDN e pelo PSD.

Foto 1. Fotografia de 1910 em frente a antiga Câmara.



Fonte: KONDER e SILVEIRA, 1949, p.161

Foto 2. Fotografia de 1929 em um local não informado.



Fonte: KONDER e SILVEIRA, 1949, p.161

Porém, como é de se notar, esta última foto (foto de número 2) não distingue claramente quem são as pessoas envolvidas na sessão, da mesma forma que não estão posando para a foto lado a lado como a foto três, como se verá abaixo. Fato é que, entre estes períodos se vê somente o nome da família Bauer se repetindo – eleito prefeito pela chapa varguista do PSD. Neste processo de transformação política no Brasil, novos atores políticos são chamados por Vargas para fazer parte das discussões e projetos de nação e região. Um possível motivo para não ter o zelo com os nomes dos sujeitos

participantes por parte da equipe que fez o Anuário de 1949 – obviamente ligada aos Konder.

Foto 3. Foto de 1949 sessão na Câmara.



Fonte: KONDER e SILVEIRA, 1949, p.161

Assim, é possível visualizar a perda de importância destas elites econômicas nas eleições locais, ainda que remanesçam em alguns cargos federais. Porém, para se ter a dimensão de como estes sujeitos foram afetados durante a Era Vargas, Barreto (2002) colocou em poucas linhas o tamanho da perda de capital político elite política itajaiense durante os últimos anos da República Velha: “Victor [Konder] era ministro [na pasta de Viação e Obras], Adolpho era governador [de Santa Catarina], Marcos [Konder] era prefeito e deputado estadual (líder da maioria) e Irineu Bornhausen presidente da Câmara de Vereadores”. A queda foi acentuada durante o período Vargas.

Com esta queda, se vê o aumento dos políticos rivais mesmo na Segunda República sendo consolidado pelos votos dados ao PTB e PSD. Como é possível ver na lista abaixo dos eleitos:

Quadro 12 Vereadores em Itajaí entre a Era Vargas e Segunda República=

Período	Câmara de Vereadores
1947-1950	Adolfo Antônio Cabral
	Arnou Teixeira de Melo
	Carlos de Paula Seára
	Celeste Alchini
	Francisco Evaristo Canziani

	Francisco Vegini
	Genésio Miranda Lins
	Gerhardt Byllart
	Jaime Fernandes Vieira
	Dr. José Bahia Espíndola Bittencourt
	Manoel Bento Corrêa
	Olímpico Rodolfo de Souza
	Paulo Bauer
1951-1954	Ayrton Teixeira de Melo
	Ari Fernandes de Souza
	Arno Cugnier
	Eurico Krobel
	Francisco Evaristo Canziani
	João Brugnago
	João Felix de Andrade
	Dr. José Bonifácio Malburg
	Mário Uriarte
	Modesto Vargas
	Tiago José da Silva
	Vicente Tito Filomeno
	Willibaldo Byllardt
1955-1959	Abdon Fóes
	Ayrton Teixeira de Melo
	Aníbal Gaya
	Ari Fernandes de Souza
	Arno Bauer
	Eduardo Santos Lins
	João Felix de Andrade
	Leopoldo Schoepping
	Mário Uriarte
	Nelson Seára Heusi
	Nilton Kucker
	Talêmaco Filemon de Oliveira
	Walter Konder Fleischmann
1959-1963	Arno Cugnier
	Carlos Afonso Seára
	Cyro de Freitas
	Eduardo Solon Cabral Canziani
	Eurico Krobel
	Felix Fóes

José Palmeira Netto
José Rodrigues de Araújo
Luiz Leôncio Büschle Júnior
Mário Uriarte
Mauro Antônio Scheneider
Nilton Kucker
Ourival Cesário Pereira

Fonte: Elaborado pelo autor.

Há ainda eleição de alguns nomes carimbados como Konder, Bauer, Heusi e Malburg. Entretanto, há também o aparecimento de sobrenomes ligados a famílias burguesas de notoriedade menor, caso de: Canziani, Lins, Fóes, Schneider. Ainda que seja possível perceber a participação da elite econômica na política de Itajaí, ela parece em uma menor proporção ao que foi possível verificar nas tabelas de eleitos pré Era Vargas. Estas novas elites econômicas participando do jogo político local, demonstram a transformação erigida na política nacional pelo governo Vargas.

Junto com esta transformação dos sobrenomes participantes da política local vê-se também a transformação na economia de Itajaí. Assim, tem-se concomitantemente a transformação dos quadros políticos e da economia local. Tanto pela perspectiva de Goularti Filho (2008) como pelos jornais, é possível observar essa mudança econômica. As publicidades do Anuário de Itajaí em 1949 exemplificam a transformação da economia local (Quadro 15).

Quadro 13. Publicidades no Anuário de 1949

ANO	JORNAL	PROPRIETÁRIO EMPRESA	RAMO
1949	Anuário de Itajaí	Afonso Celso Liberato	Médico geral
1949	Anuário de Itajaí	Bauer	Comércio e Navegação
1949	Anuário de Itajaí	Bornhausen	Armazém para carga
1949	Anuário de Itajaí	Bornhausen	Companhia de seguros
1949	Anuário de Itajaí	Carlos Renaux S/A	Fábrica de Tecidos
1949	Anuário de Itajaí	Carlos Renaux S/A	Importadora/Exportadora
1949	Anuário de Itajaí	Fritz Buddemeyer	Fábrica de Tecidos
1949	Anuário de Itajaí	Genésio Miranda	Trapiches e armazéns para carga
1949	Anuário de Itajaí	Genésio Miranda	Importadora/Exportadora
1949	Anuário de Itajaí	Heitor Liberato	Farmácia

1949	Anuário de Itajaí	José Malburg	Médico geral
1949	Anuário de Itajaí	Comércio e Indústria Malburg	Importadora/Exportadora
1949	Anuário de Itajaí	Prudente V. Pereira	Hospital
1949	Anuário de Itajaí	Prudente V. Pereira	Grande Hotel
1949	Anuário de Itajaí	Samuel Heusi Júnior	Fábrica de gelo
1949	Anuário de Itajaí	Werner	Fábrica de Móveis
1949	Anuário de Itajaí	Willerding & CIA	Representante de gasolina, querosene e óleo
1949	Anuário de Itajaí	Willerding & CIA	Representante de papel, tinta, cerâmica e Lâminas

Fonte: Elaborado pelo autor.

As publicidades em 1949 demonstram que surgiu uma nova sociedade de consumo. Havia venda de lâmpadas, combustíveis, hotéis, hospitais, fábricas de gelo, móveis e tecidos, além de armazéns e um maior número de famílias nos serviços de logística – Bornhausen, Miranda e Malburg. Além disso, a cidade aparece como um local próprio para encontros comerciais. Passa a ter dois hotéis na cidade: um da família V. Pereira (dona também do hospital da cidade) e outro da família Heusi. Ambas apresentavam em seus hotéis um local para as elites e seus herdeiros se divertirem. Foram construídos locais recreativos como campos de futebol e bares. Estes espaços passam a reproduzir espaços das elites políticas e econômicas de Itajaí. Este período é o auge do Rotary Clube de Itajaí, sendo que, em 1949 constavam entre seus ilustres associados: Abdon Foés – presidente, Rodolfo Bauer Renaux – vice-presidente, Evaldo Willerding – 1ºsecretário, Guido Miranda – 1º tesoureiro. As figuras do Clube eram tão ilustres que a propaganda dele era feita com base nos nomes dos seus associados:

Marcos Konder, fabricação de açúcar; Paulo Bauer, despachos marítimos; Felipe B. Alencastro, médico; Abílio Ramos, advogado; José Malburg, médico; Werner Heineberg, fábrica de cerâmicas; Irineu Bornhausen, sócio honorário; Fritz Schneider, fábrica de curtume; Augusto Voigt, estivas por atacado; Benjamin de Faria, engenharia civil; Constantino d'Ivanenko; Abdon Foés, imprensa; Bonifácio Schmitt, sócio honorário; Rodolfo Renaux Bauer, advogado tributarista; Silvestre Schmitt, varejo de fazendas; Júlio Pacheco Monteiro, banco comercial [INCO]; José B. Schmitt, fábrica de tecidos; Genésio Lins, banco comercial; Evaldo Willerding, distribuição de petróleo e derivados; Nelson Heusi, despachos de exportação; Nestor Schiefer, serviços comerciais; Francisco Canziani, construções de cimento armado; Arno Bauer, navegação de

cabotagem; Guido Miranda, serviços comerciais e representações (KONDER e SILVEIRA, 1949, p.146-147).

Estes sobrenomes citados na propaganda do Rotary Clube de Itajaí são fruto de uma perspectiva posterior das famílias fundadoras do comércio local. Exaltam alguns dos sobrenomes mais “ilustres” da cidade. Assim como serve para perceber a transformação que a economia da região passou e dos novos sobrenomes presentes na política de Itajaí pós Era Vargas. Aqui é o princípio da diversificação que terá mais potência na década de 1970 em ressonância com que notou Goularti Filho (2008).

Durante o período da Segunda República vê poucos sobrenomes se repetindo com tanta frequência como na República Velha. Seára, Lins, Fóes e Canziani aparecem durante o período somente duas vezes. Parte deste motivo é o período de consecutiva vitória do PTB e PSD, nacionalmente e regionalmente, fruto da Era Vargas e de conquistas sociais. Outro motivo para a parca continuidade de nomes nas eleições locais, é a transição dos Konder e Bornhausen de nomes locais para regionais. Durante o período tem-se a eleição para senadores pela UDN em 1958 Irineu Bornhausen e em 1962 Antônio Carlos Konder Reis

4.6 AS ELITES POLÍTICAS E ECONÔMICAS: INCO, UDN, ARENA

Neste último subcapítulo, os nomes passam a ser ainda mais conhecidos - dada a proximidade temporal - e pode se ter memórias das políticas estabelecidas durante o governo destes sujeitos. Pois, como foi acompanhado ao longo da narrativa, famílias como Konder, Bornhausen, Bauer e Reis saem de uma figura mais local e chegam aos cargos no legislativo e no executivo do estado de Santa Catarina.

Nos quadros 15, 16 e 17 é possível observar que, na Câmara de Vereadores de Itajaí, somem quase todos os nomes das elites econômicas da República Velha. Estes nomes estavam agora em cargos mais altos nas políticas regionais e nacionais. Konder e Bornhausen foram eleitos consecutivamente entre 1958 a 1970 e permaneceram de 1982 até os primeiros dos anos 2000.

Quadro 14. Vereadores em Itajaí pós golpe até a junta na Ditadura Civil Militar.

PERÍODO	CÂMARA DE VEREADORES
1963-1967	Acyr da Silva

1967-1970	Ayrton de Souza
	Bento Guilherme Pereira
	Dalmo Vieira
	Felix Fóes
	Hélio Mário Guerreiro
	Heluiz Antônio Moraes Gonzaga
	José Luiz Colares
	José Palmeira Netto
	José Rodrigues de Araújo
	Milton Ribeiro da Luz
	Odemar Costa
	Sabino Anastácio Paulo
	Ayrton de Souza
	Delfim De Pádua Peixoto Filho
	Evilásio Victorino
	Francisco Contezini
	Hermínio Gervásio
	José Palmeira Netto
	Júlio César
	Lourenço Caliri
Luiz Antônio Cechinel	
Luiz Soares	
Orisvaldo Oliveira	
Orlando Silva	
Sabino Anastácio Paulo	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 15. Senadores eleitos nascidos em Itajaí.

PERÍODO	SENADOR
1962, 1970	Antônio Carlos Konder Reis
1982, 1998	Jorge Konder Bornhausen
1958	Irineu Bornhausen

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como acontece para os cargos de senadores, também é possível notar o mesmo movimento na eleição de deputados federais nascidos em Itajaí. Konder, Bornhausen e Genésio Miranda Lins estão, no pós Era Vargas, ocupando vagas na diretoria do Banco INCO e, posteriormente, ocupando espaço na ARENA.

Quadro 16. Deputados federais eleitos nascidos em Itajaí.

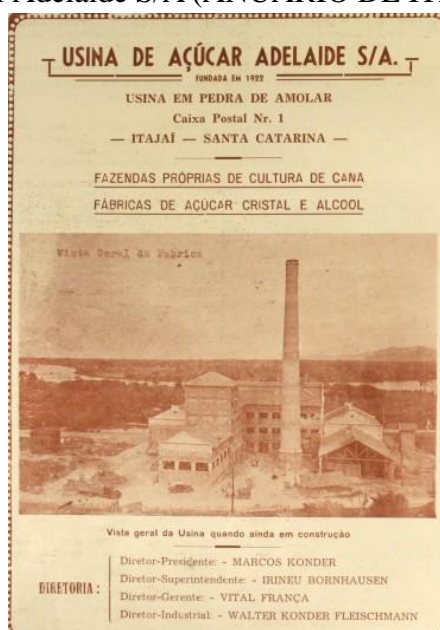
PERÍODO	DEPUTADO FEDERAL
1954, 1958, 1986, 1998	Antônio Carlos Konder Reis
1994, 2006, 2010	Paulo Bornhausen
2006, 2010, 2014	Décio Lima
1945	Tavares do Amaral
1945	Tomaz Fontes
1966	Genésio Miranda Lins
1978	Arnaldo Schmitt Júnior
1986, 1990, 1994	Orlando Pacheco

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se estes sujeitos não aparecem mais, eles tampouco precisam ocupar esses locais para serem reconhecidos. Algumas das empresas em Itajaí deixam de ter políticos e empresários com o mesmo nome habitando cadeiras de diretor e na câmara. Além destas elites conseguirem galgar novos degraus na esfera política regional eles estão mais presentes nos conselhos das empresas.

A Usina de Açúcar Adelaide S/A aparece como um lugar comum as famílias Konder, Bornhausen e Fleischmann, abrigando Marcos Konder, Irineu Bornhausen e Walter Konder Fleischmann como diretores em 1949, conforme anúncio no anuário de 1949 de Itajaí. A Usina aparece como um guarda-chuva dessas elites em um grau menor se comparado ao Banco INCO.

Figura 1. Usina de Açúcar Adelaide S/A (ANUÁRIO DE ITAJAÍ, 1949, p.150).



Fonte: KONDER e SILVEIRA, p.150, 1949

Pari passu ao cenário político, o cenário econômico também muda. Tem-se já nas publicidades uma sociedade de consumo e do automóvel se formando e a estrutura do capital financeiro sofreu uma transformação. Se antes dependiam de agentes externos e de pouco dinheiro para dispor em novas empreitadas, esse espaço começa a ser ocupado pelo Banco INCO. A economia de Itajaí, praticamente ficou um século ligada à de extração madeireira, ervateira, dos engenhos de farinha, do engenho de açúcar e, principalmente, do comércio ao longo do rio Itajaí Guaçu e Itajaí Mirim. Porém, este comércio incipiente abriu as portas para o advento de um novo tipo de serviço, no caso, o financeiro. Na década de 1940, surge em Itajaí e na região o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO)¹³. O banco foi um novo agregador entre as elites econômicas e políticas locais de Itajaí e também do Vale. Além de representantes das elites destas outras localidades, havia também filiais em Blumenau e Brusque.

Como o INCO não teve uma duração muito alongada, fundado em 1934 e sendo adquirido em 1968 pelo Bradesco – período em que o projeto do governo brasileiro era de criar conglomerados bancários visando instituições mais sólidas – temos no máximo duas gerações das elites passando por ele. Entretanto, podemos ver uma conformação social dos sujeitos que por ele passaram.

O Banco INCO não parece só agregar a elite econômica regional, mas também as elites políticas da UDN e, futuramente, da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), isso pois lá encontramos como diretores: Irineu Bornhausen, Hercílio Artur Oscar Deeke, Genésio Miranda Lins, Jorge Konder Bornhausen, Júlio César, Mário Miranda Lins, Bonifácio Schmitt, Otto Reginald Renaux, Rodolfo Renaux Bauer. Os sujeitos citados acima participaram do INCO, UDN e ARENA, sendo Irineu Bornhausen, um dos fundadores do Banco INCO e fundador da UDN.

Hercílio Artur Oscar Deeke, nascido em 1910 na cidade de Hamônia, diplomou-se em contabilidade em Blumenau e trabalhou durante 1930 a 1942 no Banco Agrícola e Comercial de Blumenau. Em 1943 assumiu o cargo de diretor-gerente no

¹³ Neste ponto vale a pena notar o que Barreto (2002) diz após a transcrição de suas entrevistas: “pode-se depreender que se numa farrá ‘inventam’ um banco. Imagine quando planejam a portas fechadas” (p.175). Relato oral de Rodolpho Renaux Bauer (neto de Carlos Renaux) sobre um passeio no qual Irineu Bornhausen estava sem folhas de cheque para realizar o pagamento e do percalço nascia a ideia do INCO. A entrevista nesta parte pode não ser a verdade do fato, no entanto, somente a intenção de verdade da narrativa demonstra o poder econômico a época destas famílias a ponto de se gabar sobre a criação de um banco. Um perrengue que grande parte dos sujeitos que conheço nunca passaram ou sequer terão a oportunidade de passar.

banco INCO. Foi presidente do diretório da UDN em duas ocasiões (1951-1952 e 1960-1961), sendo eleito vereador pelo mesmo partido em 1947 e prefeito na eleição seguinte em 1951, tendo oportunidade de se eleger prefeito novamente em 1961 no mesmo município. Genésio Miranda Lins foi um dos fundadores do INCO e também vereador entre 1947-1950 pela UDN e eleito deputado estadual pela ARENA em 1967. Jorge Konder Bornhausen era o chefe do Departamento Jurídico do INCO entre os anos de 1962 e 1967 e fundador da ARENA, sendo vice-presidente do diretório regional (1972-1973). Júlio César entrou no INCO em 1949 auxiliando na filial em Blumenau. Em 1953, era diretor na empresa madeireira que levava seu sobrenome a Aníbal César & Cia – seu irmão. Se tornou vereador pela ARENA em Itajaí em 1966 e foi eleito indiretamente prefeito pela casa. Foi novamente prefeito em 1969, desta vez eleito diretamente ao cargo. Nas eleições posteriores, em 1974 e 1978, foi eleito deputado estadual, abandonando o segundo mandato para exercer a pasta da Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo. Foi eleito novamente em 1983 para deputado estadual, ocupando o cargo de presidente da Câmara. Otto Reginald Renaux (1887-1962) nascido em Brusque, era proprietário de jazidas de calcário no mesmo município. E, por último, Rodolfo Renaux Bauer (1890-?), filho de Augusto Bauer e Sophia Bauer, neto por parte de mãe de Otto Renaux e Arno Bauer – também sobrinho de Carlos Renaux, dono da fábrica de tecidos Renaux.

Figura 2. Diretores do Banco INCO



Fonte: KONDER e SILVEIRA, 1949, p.152-153.

Além destas alianças familiares que eram publicadas, Barreto (2002) salienta também que nos inventários de Marcos Konder aparecem empresas com forte presença de Irineu Bornhausen, tais como: Companhia de Papel e Companhia Itajaiense de Fósforo. Foram algumas das empresas pós Era Vargas que serviram como guarda-chuva, fruto das alianças comerciais e sanguíneas traçadas pelas gerações das elites econômicas de Itajaí.

Para finalizar este capítulo, pode se apontar que não foi pelo fim dos sobrenomes famosos dos comerciantes de Itajaí que a UDN ou a ARENA se extinguiu. O que significa dizer que os projetos econômicos e conservadores das elites políticas e das elites econômicas de Itajaí não se encerram quando estes nomes não aparecem em peso na lista de políticos eleitos. Eles seguem, mas com nome e sobrenome diferentes. A série de mudanças paulatinas na sociedade não alteram a base deste movimento burguês e conservador. Há, por assim dizer, algumas camadas abaixo que pouco se alteraram durante esse quase século estudado. O núcleo econômico e político são estas camadas mais solidificadas.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para facilitar a conclusão desse trabalho, organizou-se um conjunto de pontos que aparecem como centrais ao longo do desenvolvimento do estudo. São eles:

- 1) Apesar de Itajaí ser um estuário natural, sua importância como porto só teve início a partir de um projeto imperial de 1835, demandando verbas para esforços de patrulhamento, assentamento, criação de uma organização própria e criação de indústrias de manufaturas. Projeto que foi reafirmado ao longo do século XIX, pelo Império e pelo Partido Republicano Catarinense, havendo além do suporte estatal a presença de investimento externo germanófono (prusso e anterior a unificação).
- 2) O projeto de desenvolvimento da região do Vale do Itajaí foi demorado, gradual e caro para os cofres públicos. Esse projeto se iniciou ainda no Primeiro Reinado e, a partir daí, não cessou - com ressalvas a momentânea pausa após a Revolução de Outubro de 1930. Foi demandado empenho e verbas (superior a própria capacidade da província) durante todo o período imperial para criar um novo pólo econômico ao longo do rio e no estuário.
- 3) A formação econômica em Itajaí parece seguir o mesmo núcleo de Blumenau, Brusque e Florianópolis, ou seja, primeiro se conhece alguma família de referência (no caso de Itajaí Fernando Hackradt), após passasse-se circular entre seu grupo restrito, para, posteriormente, fazer alianças comerciais e casamentos entre seus membros.
- 4) O projeto do Vale do Itajaí foi construído com aspecto de uma demografia racialista e de desenvolvimento econômico da região, enquanto Desterro, Laguna e São Francisco são projetadas como portos aptos a levar a América Portuguesa até as fronteiras da boca do Rio da Prata. Motivo para que no século XIX haja uma virada na importância econômica e política daquela região para o Vale do Itajaí.
- 5) Há a formação de alianças entre as elites econômicas e políticas de Itajaí sendo capazes de emplacar projetos modernizantes na formação de indústrias e no escoamento da produção.
- 6) A elite política da região consegue interagir e se articular com maior facilidade com as elites políticas nacionais.

- 7) A dinamização econômica ao longo do século XIX criou e fortaleceu uma elite empresarial regional própria que durante o século XX foi capaz de impor seus projetos políticos tanto regionalmente quanto nacionalmente. Desta forma, Itajaí teve durante a república os recursos necessários para encabeçar o projeto industrial portuário sobressaindo aos demais.
- 8) A formação das elites empresariais em Itajaí não podem ser diminuídas simplesmente aos sobrenomes Konder e Bornhausen. Há momentos que estes nomes não eram os mais respeitados comercialmente e politicamente na região. Entretanto acabam se sobressaindo aos demais pelos seus laços familiares, acordos comerciais e a sua filiação a políticas conservadoras. Escolhas chaves para até hoje serem reconhecidas nacionalmente.
- 9) Durante a Era Vargas há uma divisão política das elites empresariais locais. Algumas delas participaram da formação do PSD e de um projeto voltado para o nacional-desenvolvimentismo. Momento em que é percebido a troca dos envolvidos até então na política local e regional.
- 10) Após o golpe civil-militar de 1964 há um novo recrutamento das elites empresariais marginalizadas nas políticas varguistas para atuar no jogo político. Momento em que é nítida a retomada dos Konder e Bornhausen e sua ascensão para a política nacional.
- 11) O conservadorismo triunfa como forma de cultura política da região - somente é diminuída parcialmente no período Vargas com a ascensão do PSD. Posteriormente ao novo recrutamento arenista, a maioria das eleições locais girará ao redor de Konder e Bornhausen e seus afiliados políticos conservadores.
- 12) Na formação econômica de Itajaí já havia o embrião do empresário liberal e da sua agenda conservadora. Esta forma de se pensar a economia e a sociedade foram constantemente reforçadas - seja pela derrota Federalista, pela derrota Varguista e pela derrota democrática. Há uma convergência de fatores ao redor de um grupo e sua forma de pensar a sociedade e que legitima até hoje a forma de se fazer política em Itajaí e ao redor do Vale. Afinal, até hoje é visto o ar de supremacia racial, luterano e empresarial ao longo dele. Não havendo espaços chaves para a transformação dessa cultura política.

13) A formação econômica de Itajaí e do Vale se deu em um pequeno mundo estreito. Os sujeitos que participaram das elites empresariais e políticas precisavam portar alguns símbolos para serem aceitos. Falar alemão ajudava a tecer relações importantes comerciais em Blumenau, Brusque, Florianópolis, Itajaí e na Europa. Facilitava em achar investimento, em realizar trocas de produtos coloniais e na compra de maquinário. Ser branco, falar alemão, ter uma religião cristã e estar vinculado a uma visão conservadora de mundo eram as chaves para o sucesso econômico e político na região. Sem estes símbolos a perpetuação destas famílias não seria possível.

Em Itajaí, assim como o Vale, houve um projeto de Estado desde o Império para o desenvolvimento da região e do porto. Em um primeiro momento são agentes ligados ao comércio que atraem investimentos externos (oriundos do pangermanismo - Hackradt) como propulsão da economia de mercado na região. Pouco a pouco esses agentes passam a lucrar o suficiente para emplacar um próprio dínamo capitalista para fomentar a economia local, o banco INCO. Neste ponto aquelas famílias de 1890 completam a marcha capitalista em Itajaí e no Vale. Se pelo lado da economia revolucionaram desde o início como burgueses na forma de se relacionar com a produção e as trocas, enquanto elites políticas seu projeto modernizador redundou numa união umbilical com partidos conservadores – seja o PRC, a UDN e a ARENA. Este projeto durante a Era Vargas continuou em franco progresso, porém nas mãos da família Ramos e do PSD, espaços que praticamente a elite política de Itajaí flanava. E com o fim da Era Vargas e novos agentes políticos para além dos “homens bons” censitários e das elites do Partido Republicano locais, vê-se uma continuidade dos sobrenomes ainda que em menor grau ao anterior. As elites econômicas se unem ao redor do capital político da família Konder e Bornhausen – após longo processo de aglutinação entre si e das demais elites econômicas da região – para colocar em ação seu projeto econômico conservador dentro da UDN e do ARENA.

As transformações econômicas e sociais em Itajaí e no Vale, ao menos as observadas neste estudo, fomentaram um projeto burguês de família, propriedade e lucro. Ocupar partidos conservadores foi somente mais uma forma de desenvolver este projeto próprio. E quando outros sujeitos passaram a tomar para si este projeto econômico, não foi mais preciso manter as empresas/sobrenomes porque o jogo já

estava ganho e só era necessário manter um farol aceso como ponto aglutinador desta política – o que ganhou contornos a partir dos Konder e dos Bornhausen.

Após pontuar algumas conclusões fica difícil de se traçar se foi uma relação causal de um projeto de fomento econômico no estuário de Itajaí que formou uma elite conservadora, ou se a elite conservadora conseguiu criar politicamente o porto. Pode-se imaginar que foram processos diferentes para a economia da região em determinados momentos da região. Num primeiro momento o desenvolvimento esteve ligado ao governo imperial e num momento posterior ligado às elites locais. Fato é que a demografia e dinamização regional fazem parte de um projeto político imperial para a província. E dada a dinamização econômica e demográfica, o projeto teve como retorno a criação de um pólo industrial e a formação de uma elite empresarial. Obviamente a formação econômica e a formação de uma elite local poderia ter como resultado sujeitos ligados a espectros políticos diferentes - talvez ligados ao projeto varguista do PSD. Porém dados os aspectos sociais locais foi criado uma pequena gama para atravessar a porta da política local, e a chave desta porta teve um formato de uma visão conservadora do mundo. Em resumo, recai sobre o projeto do império a construção de Itajaí como um dos maiores portos nacionais, mas a sua elite alcança esse patamar a partir da sua visão conservadora capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1994. v. II

BARRETO, Cristiane Manique. *Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX*. In: *História e Poder – a reprodução das elites em Santa Catarina*, RAMPINELLI, Waldir José. Florianópolis: Insular, 2003.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888*. Dissertação apresentada no MESTRADO EM HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO pela Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

BLAUG, Mark. *Metodologia da Economia*. 1 ed. São Paulo: Edusp, 1993.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Ed. Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados*, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581997000200003>.

CODATO, Adriano Nervo. *ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES: a favor de uma revisão conceitual e empírica da dinâmica política do Estado Novo*. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo – RS, 2007.

COHN, Gabriel (org). *Max Weber: Sociologia Coleção: Grandes Cientistas Sociais* coordenada por Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

COSTA, Paulo Roberto Neves. *Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários*. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], v. 22, n. 52, p. 47-57, dez. 2014. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225204>.

ESMERALDINO, Herval Ângelo. A história do Legislativo : 1860 - 2012. 1. ed. – Itajaí : Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo. 3ª Edição revista, 2001.

FRAGOSO, JOÃO; FLORENTINO, MANOLO. Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. Reprinted from Essays in Positive Economics. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. Tradução Leonidas Hegenberg.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Ed: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides. A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DO LITORAL:: definindo e deslocando os caminhos no sul de Santa Catarina. Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 145-167, jan-jun, 2013. Semestral.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 500 p.

HOBBSBAWN, ERIC. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KLÜGER, Elisa. Espaço social e redes Contribuições metodológicas à sociologia das elites. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, 2017.

KONDER, Marcos e SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Itajaí: Aurora LTDA, 1949.

KUHN, THOMAS S. A estrutura das revoluções científicas. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MILLS, Charles Wright. A elite do poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PIAZZA, Walter Fernando. Dicionário político catarinense. Florianópolis :Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis :Lunardelli, 1998.

PINÇON, Michel et PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. Revista Sociologias, Porto Alegre: ano 9, n°18 jul/dez.2007, p. 22-37

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.23. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, 1996, RJ, vol.09 no.17, p.85-92.

SALVADOR, Ângela Sabrine do Nascimento Entre escritos e vasilhas cerâmicas: o indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (séculos XVIII e XIX).. 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180885>>. Acesso em 03/03/2022

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. 267p.